SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte horas e trinta minutos, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Eleição do(a) Segundo(a) Secretário(a) da Mesa da Assembleia Municipal

1.2 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022;

1.3 - Leitura do Expediente;

1.4 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023;

2.3 - Discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2023;

2.4 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2023, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.5 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas;

2.6 - Discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS no ano de 2023 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

2.7 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2023;

2.8 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2023;

2.9 - Constituição do Conselho Municipal da Juventude – alíneas b) e h), do artigo 4.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro - Nomeação de Membros da Assembleia Municipal;

2.10 - Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Aguieira nos termos do artigo 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;

2.11 - Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Moreira nos termos do artigo 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;

2.12 - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - Conhecimento;

2.13 - Discussão e votação do Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2023 entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;

2.14 - Discussão e votação do Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite a todos.

Começaria, naturalmente, por cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores presentes e o Público que está também aqui presente neste Auditório.

Parece-me que já temos quórum. Antes de proceder à chamada, entendo que deveria fazer a composição da Mesa porque falta-nos a Segunda Secretária. Como, habitualmente, chamaria a Dr.ª Carlinda Loureiro, se não se importam e se não houver oposição do Plenário. Importa-se de vir, provisoriamente, até à eleição, desempenhar aqui as funções de Segunda Secretária?

A segunda questão prende-se, agora, naturalmente, com um pedido apresentado pela Senhora Deputada Carla Luzio. Primeiro pediu para lhe justificar a falta. Depois, veio pedir uma suspensão até 30 dias. Ora bem, entendo que antes de proceder à chamada deveria fazer-se já avançar o seu substituto, que é o Senhor Milton Duarte, para depois, a partir daqui, estar a Assembleia constituída para poder votar também. O Senhor Milton está? Está. Ai, já está. Muito bem.

Já está. Eu não sei como é que o Plenário quer fazer. Como é apenas a substituição por menos de 30 dias, tem que prestar juramento? Se tiver que prestar, não custa nada. Se for uma mera substituição temporária, deixe-se estar. Como quiserem? Então, vá, não perdemos mais tempo. Deixe-se estar. Já está constituído e instalado.

Então, tendo a Mesa e estando já o Senhor Deputado em substituição da Senhora Deputada Carla Luzio, vamos, dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia. E, agora, com a eleição da Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. Portanto, eu não sei o que é que os Partidos entendem. Se pretendem fazer uma eleição formal com voto secreto, se querem indicar alguém. Eu perguntava ao Líder da Bancada da Coligação se tem alguém para indicar para Segunda Secretária. Pode ficar a mesma? Já cá está, interinamente.

O Partido Socialista tem alguém para indicar? Não tem. Então e o Senhor deputado João Paulo? Também não tem. A CDU não tem ninguém para indicar.

Então, vamos avançar agora para a forma de eleição. Eu perguntava ao Plenário como é que quer proceder à eleição, uma vez que há apenas um único nome para Segunda Secretária. Querem, mesmo assim, proceder à eleição por voto secreto? Penso que estará aí a urna. Pode ser braço no ar?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Pergunte ao Plenário se alguém se opõe.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Já perguntei como é que querem fazer a votação. Não se importa que seja com o dedo no ar? Se ela aceita, não é? Está bem, mas é bom que decidam que é dessa maneira. Devia ser por voto secreto. Mas como só lá está uma única pessoa e ela não se opõe, então, vou propor assim: Quem é que vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade. Está resolvida a questão.

Ponto n.º 2 – Antes da Ordem do Dia - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022. As Senhoras e os Senhores Deputados, naturalmente, leram a ata. São 56 páginas. Alguém quer fazer alguma consideração sobre a ata? Ninguém.

Então: Quem vota contra? Quem se abstém? É, naturalmente, quem não esteve. Então, o Senhor Milton abstém-se porque não esteve. Não é? A Dr.ª Carlinda não esteve. E o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim também não esteve. Três abstenções.

Eu peço desculpa. Ainda não foi feita a chamada. Vamos fazer agora. Faz favor de fazer a chamada. Isso é um erro imperdoável. É a Segunda Secretária que faz a chamada? Faça favor.

(*A Senhora Segunda Secretária Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais*)

O Senhor Presidente da Assembleia:
- Então, quantos faltam?
A Senhora Segunda Secretária:
- Portanto, neste caso, faltam dois. Falta a Senhora Deputada Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral e o Senhor Deputado António Luís Roque da Silva.
O Senhor Presidente da Assembleia:
- Estamos 26. Está correto?
Então, retomamos o Ponto n.º 2, que é a discussão da ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Então é o Senhor Deputado Milton, a Senhora Deputada Carlinda e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Portanto, aprovada com 3 abstenções e 23 votos a favor.
Passamos ao ponto seguinte. Ponto 3 do Período de Antes da Ordem do Dia – Correspondência recebida e expedida.
(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 6600, datado de 26 de setembro de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de mais um assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 29 de setembro de 2022;
- E-mail, datado de 26 de setembro de 2022, da Senhora Deputada Maria José Cabral, informando que se demite das funções de Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, continuando, no entanto, como Membro da Assembleia Municipal;
- E-mail, datado de 26 de setembro de 2022, da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santar e Moreira – Envio de Minuta de Ata – Desagregação das duas Freguesias;
- E-mail, datado de 29 de setembro de 2022, da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santar e Moreira – Envio de Minuta de Ata – Desagregação das duas Freguesias;
- Ofício n.º 03/22, datado de 17/10/2022, da União de Freguesias de Santar e Moreira – Envio de proposta de criação da Freguesia de Moreira;
- E-mail, datado de 1 de novembro de 2022, da APPJUVENTUDE – Associação Portuguesa de Profissionais de Juventude – 3.ª Sessão Online – Comunidade Prática – Processo Bona;
- Ofício n.º 8016, datado de 13 de dezembro de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 21 de dezembro de 2022.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 17/2022, datado de 30 de setembro de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 29 de setembro de 2022;

- E-mail, datado de 03 de outubro de 2022, enviado à Ex.m.ª Senhora Presidente da CPCJ de Nelas informando que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, realizada em 29 de setembro de 2022, renovou a designação da Cidadã Sara Pereira Mestre Batista como Membro efetivo da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, por novo período de três anos, por ter expirado o período anterior;

- Ofício n.º 18/2022, datado de 07 de dezembro de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 21 de dezembro de 2022;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Foi enviada, naturalmente, a todos os Senhores Deputados esta correspondência, que são 7 comunicações recebidas e expedidas 3 comunicações. Alguma questão? Algum dos Senhores Deputados quer fazer alguma intervenção sobre isto? Não quer.

Passamos ao ponto seguinte - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.).

Então, Senhores Deputados, quem se quer inscrever neste período? Uma inscrição, do Senhor deputado João Alfredo. Duas. Não há mais inscrições? Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento todos os Senhores Deputados Municipais.

Muito boa noite Senhor Presidente da Câmara Municipal. Também na sua pessoa, cumprimento todos os Senhores Vereadores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O que me trás aqui hoje é o seguinte: Quando da eleição, ou de proposta das grandes linhas que este Executivo teve, foram 9 grandes opções. E apraz aqui salientar que, dentro da opção da gestão autárquica, positivo a criação das segundas EIP,s no nosso Concelho.

Mas há muito mais que foi feito por esta Autarquia, nomeadamente, por este Executivo, dentro das suas linhas de atuação. O reativar o Conselho Municipal da Educação que tanta falta faz ao nosso Concelho, nomeadamente quando, hoje em dia, há situações, extremamente, graves, nomeadamente, a nível da Saúde Mental dos nossos Jovens, fruto de quase dois anos de pandemia.

Não sei porque é que este Conselho Municipal da Educação esteve desativado quando ele já estava constituído há muitos anos e muita falta faz como Órgão de apoio à Autarquia.

Também me apraz registar o reativamento do Conselho Municipal para a Juventude. Dentro da mesma linha, os Jovens são o futuro da nossa Autarquia e de todos nós. Temos que cuidar deles e não olhar para eles como pessoas menores, mas sim que são aqueles que irão pôr o nome de Nelas bem longe. Nós já fizemos o nosso trabalho. Aquilo que eu costumo dizer, eu estive sessenta e tal anos na Educação, 52 anos em funções públicas, ainda continuo. Mas, creio, que temos que começar a dar, a pouco e pouco, o lugar aos Jovens e condições para eles puderem estar e representar o nosso Concelho.

Dentro dessas linhas e daquilo que acabei de dizer, a Educação, como sabem, é algo que me é grato, além de outras situações e de todas. E hoje irei falar numa situação que tem a ver com a Educação. A questão das instalações. Hoje em dia a Autarquia recebeu instalações que houve alguma negligência, por parte de quem manda, de deixar as instalações para a Autarquia como deviam ser porque toda a gente sabe que, de tempos a tempos, tem que fazer, nós, em nossa casa, fazemos obras de conservação e o que se verificou é que as instalações de ensino do nosso Concelho, a maior parte delas, as obras de conservação foram deixadas, atrasadas e isso vai custear em muito, neste caso a Autarquia, essas obras que poderiam ter sido feitas há muito tempo.

Venho aqui também falar sobre o seguinte, que esta Autarquia tem cumprido, que é fazer os pagamentos daquilo que estava em atraso e há muita coisa que não se consegue fazer, mas que convém aqui chamar à atenção: Nós fomos vítimas, há pouco tempo, ainda agora, do temporal que nos tem assolado. O temporal tem degradado muito as nossas estradas. A rede viária está, não digo lastimável, mas em péssimas condições, bem como a segurança de quem nelas passa, nelas, redes viárias.

Portanto, eu lançava aqui um alerta ao Executivo para a conservação dessa rede, bem como de muitos sítios e, nomeadamente, passeios porque qualquer pessoa aqui em Nelas, hoje em dia, se utilizar, não os transportes, mas se for a pé, ou de outro tipo de transporte de locomoção, estamos sujeitos a tomar autênticos banhos durante a travessia da nossa Vila.

Isto é fruto, não é de agora. Isto já vem de trás e acho que todos nós devíamos fazer uma reflexão sobre aquilo que foi feito e não criticar e agora todos podermos, fazermos e temos obrigação de colaborar naquilo que seja para o desenvolvimento integral do nosso Concelho.

Termino, enviando a todos Votos de Feliz Natal e que o próximo ano nos traga uma atitude mais colaborativa em prol daquilo que é e que deve ser o nosso Concelho, o Concelho de Nelas.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Pinto, faz favor. Naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara responderá no final às duas intervenções.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Boa noite a todos.

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente aqui na Mesa.

O que me trás aqui, não sei se sabem, mas, mais uma vez os Bombeiros do nosso Concelho disseram presente a nível nacional e estiveram presentes nas cheias de Lisboa que há pouco tempo Lisboa foi assolada.

Isto quer dizer que o Comando Distrital teve que recorrer, mais uma vez, ao Concelho de Nelas, que a sorte que nós temos de termos dois Corpos de Bombeiros muito bons e que, cada vez que precisam, é aqui que vêm recorrer porque sabem a mais-valia que aqui têm no Concelho. Isto para dizer que e vamos falar em Orçamentos, não devemos manter os Orçamentos dos Corpos de Bombeiros, não devemos baixar, mas sim aumentar, porque é uma das mais-valias que este Concelho tem.

Era uma recomendação que eu deixava a este Executivo para os próximos anos e que tivéssemos em atenção isso, não só no inverno, mas também no verão, os Bombeiros do Concelho de Nelas correm o País de Norte a Sul.

Convidava também todos os presentes que fossem à Freguesia de Canas de Senhorim e que vissem que as situações que alguns habitantes lá todos os dias se deparam com os caminhos. Nem sei se posso chamar aquilo, caminhos, porque todos os dias temos que lá transitar e falava, concretamente, em Vale de Madeiros, da Rua dos Olivais, da Rua da Lage. Em Canas de Senhorim, na Rua do Farol, na Estrada da Póvoa de Santo António, antigo Matadouro e outros que não me estou agora a lembrar, mas que estão em terra batida e com as chuvas que, neste momento, todos nós temos que lidar com ela, diariamente, mas onde há terra é um lameiro autêntico e para quem tem que lá passar todos os dias para ir para as suas habitações é muito complicado. E devemos ter um bocado de atenção a isso.

Eu também passo por isso todos os dias porque o meu caminho está em terra e eu, como não olho só para mim, não olho só para o meu umbigo e olho para o umbigo meu e dos outros, devemos ter um bocado isso em atenção e deve ser uma situação urgente que tem que ser tratada.

Por isso, também deixava esta recomendação para 2023, não agora que não está em condições de intervenções, mas, de futuro, essas situações deviam ser melhoradas, ou mesmo reparadas na totalidade.

Desejo a todos um 2023 com Saúde, com alegria e que cá estejamos todos para levarmos este Concelho para a frente e um Feliz Natal para todos, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos sobre as intervenções dos Senhores dois Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Cumprimento, naturalmente, o Senhor Dr. José Albuquerque Vaz, Senhor Presidente da Assembleia,

as Senhoras Secretárias, em particular a recém-eleita como Secretária,

a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores,

Ex.m.ªs Senhoras Deputadas e Ex.m.ºs Senhores Deputados,

Ex.m.ºs Senhores Presidentes de Junta,

Digníssimo Público.

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado João Alfredo, no que concerne, ponto por ponto, à criação das segundas EIP,s, a criação das segundas EIP,s foi, naturalmente, um compromisso assumido que foi, que era um compromisso até de legislatura, mas com o acelerar que houve das candidaturas a nível nacional, era, inclusivé, para ser até no decorrer do próximo ano de 2023, mas foi feito e acelerado para 2022, até indo ao encontro do que os Bombeiros Voluntários, tanto de Canas de Senhorim, como de Nelas, pediram para a constituição das segundas EIP,s.

E em boa hora assim o fizemos porque quando se faz um investimento destes é, perfeitamente, natural que, com os Bombeiros, haja uma compreensão maior. Mas há sempre gente que ache que, eventualmente, possa estar, eventualmente, a fazer algum exagero. As 4 EIP,s que existem no Concelho, 2 em cada uma das Corporações, têm uma implicação de 85.000,00 euros a cada das Corporações.

Ou seja, as 2 EIP,s, cada EIP custa à volta de 42.500,00 euros. Tem a ver com a legislação. Tem a ver com a constituição das próprias EIP,s. Mas, em média, digamos assim, cada uma das nossas Corporações são 85.000,00 euros. O remanescente, isto é, 50% da comparticipação, que é da Autarquia. Os outros 50% são da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, portanto, que faz a comparticipação das EIP,s.

Ao contrário do que se possa pensar, para o Executivo, julgo que é, comumente aceite por todo o espetro político ou partidário que aqui está representado nesta Assembleia Municipal, não é um custo que tem, mas é, claramente, um investimento, um investimento positivo que nos permitiu, muito provavelmente, agora uma resposta ainda mais eficaz, digamos assim, naturalmente, por causa da disponibilidade que há.

Os Bombeiros sempre foram prontos, céleres e estiveram sempre na primeira linha do apoio e socorro às populações. Mas, naturalmente, com a profissionalização dos Bombeiros e tendo 10 homens e mulheres em cada das Corporações para dar uma resposta imediata e estando em permanência, a primeira resposta dada é muito mais eficiente. E isso aconteceu, por exemplo, este ano, no verão que tivemos, com a deflagração dos incêndios, que são naturais, infelizmente. Há em todos os territórios. É uma questão a que nos vamos habituando, independentemente de toda a prevenção que possa ser feita, é o que acontece.

Nós tivemos um verão que, em termos de combate aos incêndios, foi um verão que poderemos considerar muito positivo. E deveu-se, essencialmente, ao mérito e somente a eles, aos Bombeiros Voluntários, tanto de Canas de Senhorim, como de Nelas, que, com a articulação que têm, permitiu ter uma resposta musculada cada vez que havia um incêndio, um incêndio florestal, os Bombeiros estavam lá pouco tempo depois. Permitiu, assim, uma resposta rápida, célere e eficaz, que evitou males maiores, como costuma acontecer.

Portanto, estas segundas EIP,s têm a ver também com uma articulação que se deseja que exista nas duas Corporações. Pode permitir, em consonância com as duas Corporações, uma cobertura de 24 horas na questão das EIP,s. Neste momento, a articulação que foi feira, está aqui o Pedro dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e também o Senhor João Alfredo que faz parte dos Bombeiros Voluntários de Nelas, foi feito com as EIP,s, neste momento, foi pedido às Corporações é para termos dois períodos temporais, digamos assim.

Uma EIP funciona num período e a outra continua, imediatamente, a seguir, o que permite que haja 16 horas, grosso modo, digamos assim, de permanência nas duas Corporações. O que é, manifestamente, tranquilizante para nós no sentido em que há, ou haverá uma resposta célere.

Esta odem das EIP,s, eventualmente, poderá aqui ser feita aqui uma articulação com os Comandos de forma até a complementarmos as 24 horas. E estas EIP,s vão ter, naturalmente, um papel relevante no que é a prevenção, a planificação, o apoio às Freguesias, às Aldeias Seguras e no apoio às populações que é uma questão, geralmente, que nós nos Bombeiros lembramos e bem dos incêndios, mas há muito mais para trás disso, naquelas coisas que quando cai uma árvore, quando acontece alguma coisa lá estão os Bombeiros na linha da frente para resolver. E, em particular, quando temos uma questão ainda mais relevante, na minha ótica, obviamente, que é a questão dos Bombeiros serem, claramente, o braço armado do território.

Eu não digo o Município enquanto Câmara, mas no apoio à população mais fragilizada, aos mais isolados, os Bombeiros conhecem-nos todos, ajudam, apoiam e têm uma linha da frente, naturalmente que precisa de ser complementada pelos Serviços da Autarquia, mas têm esta valência do apoio social que, por vezes, não é tão valorizada como nós a valorizamos.

No que concerne ao reativar do Conselho Municipal de Educação, dizer que também era nosso compromisso. E neste reativar do Conselho Municipal de Educação deixar duas, ou três notas que nós julgamos também importantes. Tem a ver com a promoção de um Projeto Educativo no âmbito da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões onde o Projeto tem muito a ver com o que é a questão do estudo intrínseco das populações estudantis, da comunidade estudantil do Concelho, quer seja a integração, quer seja a questão das minorias, ou em partes iguais associadas. E nós demos especial atenção, indo ao encontro até do que disse o Senhor Deputado João Alfredo, da questão de que têm aparecido agora, com bastante frequência, no nosso território, que aumentou, exponencialmente, o número de alunos com espetro de Autismo, diversas amplitudes de espetro de Autismo. E isso aconteceu um pouco pelos dois Agrupamentos. Tem muito a ver com os novos imigrantes, considerando os imigrantes de origem do Brasil, que estão fixados no nosso território e não havendo resposta nos Concelhos vizinhos, muitos deles vêm, de alguma forma, encontrar resposta no nosso Município, no nosso Concelho e nos Agrupamentos.

E isto tem sido uma realidade em que os Agrupamentos têm feito bem, que se tenham articulado. E este projeto passa pela capacitação também dos Professores e dos Funcionários. Não é uma realidade nova, mas a dificuldade dos diversos graus de Autismo são um desafio novo. E um desafio também para a Autarquia porque, geralmente, este tipo de alunos com estas Necessidades Educativas Especiais implicam quase um acompanhamento personalizado. E, portanto, depois também há aqui a outra questão que é o reverso da medalha, digamos assim, que

é a questão de conseguirmos ter capacidade para as respostas no futuro e se o Concelho continuará a dar resposta é natural que continuará a ser procurado nos próximos anos.

E a resposta tem sido feita nesse sentido. Mas também tem havido a ideia de conseguirmos, simultaneamente, dar outro tipo de respostas. Há já a criação de uma sala no Agrupamento de Canas de Senhorim com alunos de Necessidades Educativas Especiais. E, nós, neste projeto, aproveitámos para o reformular e acrescentar uma dotação acrescida para os equipamentos deste espaço, digamos assim. Desafiámos, que respondeu, de imediato, o Agrupamento de Escolas de Nelas para ter uma sala semelhante no nosso Concelho. E, portanto, essa sala também foi criada, está a ser criada, que estará disponível muito brevemente e tem a ver não só com os alunos que existem, atualmente, com Necessidades Educativas Especiais, mas, naturalmente, com os próximos alunos que virão.

Também nesse âmbito, foi assinado, muito recentemente, um contrato com a APPDA, que tem a ver, precisamente, com o apoio e a capacitação, também o reforço e a capacitação, tanto de alunos, como de Professores, mas também o apoio aos alunos com a vinda cá ao nosso território e os nossos alunos também indo lá. Há essa ideia de, além da APPDA, está em cima da Mesa instituir protocolos com outros Entidades para darmos um apoio crescente aos alunos das Necessidades Educativas Especiais, não obstante uma questão que tem a ver com as chamadas IBEM Escola Inclusiva, onde os Auxiliares Operacionais são uma responsabilidade do Governo, do Governo, da Administração Central. Não vamos falar, especificamente, de nenhuma em particular.

O que acontece é que este ano essa resposta não foi dada. Não foi dada, com uma resposta, com um ofício que nos foi enviado, a falar de constrangimentos orçamentais. E, portanto, nós, de alguma maneira, mesmo isto da delegação de competências também tem esta questão em particular, que é o empurrar das questões para os Municípios, que é, claramente, isso e depois, os Municípios que acabem por resolver a questão. Nós não nos pomos de parte, mas é, naturalmente, uma questão que merece a nossa atenção. Vai haver uma exposição da CIM nesse sentido para que, de facto, a Administração Central não se esqueça do que colocou na Lei. Está em Decreto-Lei. É uma Lei que existe do Estado. E foi feita pela própria Administração Central que é para a necessidade de atribuir Assistentes Operacionais para crianças com Necessidades Educativas Especiais, que não está a ser cumprido neste ano letivo.

Sobre o Conselho Municipal da Juventude irei falar nisso mais à frente. Também era outro compromisso e está aqui na Ordem de Trabalhos.

Sobre a questão das instalações na Educação, na conservação e requalificação, duas pequenas notas: A primeira, como sabem, houve uma candidatura, uma candidatura que acabou por não haver resposta e por não ser consignada em termos de CCDRC. E, que, entretanto, há bem pouco tempo foi aberta uma linha de financiamento no âmbito do PT 2030 e que está a decorrer até 30 de abril. Naturalmente que o Município vai fazer candidaturas das duas Escolas.

A recomendação que nós tivemos da Presidente da CCDR era fazer um investimento em um dos estabelecimentos, uma vez que não havia dotação orçamental para reclassificar dois estabelecimentos, em particular com dotação orçamental das candidaturas apresentadas. E foi-nos dito para nos focarmos na Eficiência Energética em um dos equipamentos. A resposta que nós demos é que há dois estabelecimentos no Concelho. E, portanto, a haver alvo de intervenção é nos dois estabelecimentos, como é natural e lógico que assim seja.

As dotações orçamentais são as mesmas e incidem, em parte, que é o incidir no PT 2030 e nalguns dos seus Eixos Estratégicos. Alguns dos Eixos Estratégicos incidem, em particular, na questão da Eficiência Energética e foi nesse sentido e ainda é neste sentido que este Programa também lá está aberto no âmbito das instalações da Educação. Obviamente, que os edifícios terão

que ser alvo de reparação, particularmente, para incidir nesta questão da Eficiência Energética, à semelhança dos Projetos dos Centros de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim, das duas USF,s, que nós fomos incentivados a deixá-los cair para o novo Quadro Comunitário e mantiveram-nos e ficou em PRR. E em ter em PRR há, claramente, um ganho em termos do que é o Orçamento Municipal porque tem uma comparticipação de 100%. O IVA é, naturalmente, a expensas do Município. Mas tem uma comparticipação maior.

Tivemos que fazer um acréscimo na candidatura, que tem a ver com a Eficiência Energética, que não estava contemplada no Projeto. E, naturalmente, a linha que está agora e que falta ainda, já devia ter vindo, inclusivé, no seguimento das candidaturas, já a Consignação e o Edital. Mas, neste momento, ainda não há resposta oficial sobre isso, que aguardamos. Mas iremos fazer, como estava a dizer, a candidatura às Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim.

Ainda sobre a questão das instalações da Educação, há um conjunto de infraestruturas e de equipamentos que foram renovados, requalificados, ou construídos de raiz, mas foram identificados outro tipo de equipamentos, que é vontade deste Executivo, que já o fez num primeiro draft para a CIM, estando agendado para janeiro, de acordo com o que foi estabelecido também pelos Partidos Políticos, uma reunião no sentido de ainda haver contributos, também foi dito o mesmo, já foi dito aqui em termos de Assembleia Municipal, na reunião de Câmara e com os Partidos Políticos, de haver contributos nesta matéria.

O espetro do PT 2030 vai para além do mandato e mesmo que não fosse, candidaturas desta natureza devem merecer o mais amplo consenso. Nós não concordaremos sempre com tudo. Mas, obviamente, que há linhas que, obviamente, nos juntam e que nos unem, independentemente daquilo que, eventualmente nos separará. E, neste contexto, é um Quadro Comunitário novo que vem aí e que, obviamente, não há ainda muita informação. Já foi aprovado na sexta-feira passada. Tivemos essa confirmação pela Presidente da CCDR numa iniciativa que decorreu aqui no âmbito do momento que assinalou o encerramento dos 75 anos do Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, com uma Conferência, mais Conferência, mas que também, de alguma maneira, assinalou o encerramento dos 75 anos, mas, nesse âmbito do Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão. E, portanto, que será apresentado no início de 2023, previsivelmente, no primeiro trimestre.

E, portanto, isto tudo para falar sobre a questão da Educação, que estão lá priorizados para este Município 3, ou 4 temas, até falaram na reunião do Orçamento, um deles, claramente, a Eficiência Energética. O outro é a Requalificação do Parque Escolar e também já lá vamos. A questão, também, da requalificação dos espaços e edificado do Município, seja Escolas, sejam os diversos edifícios, como o Multiuso, como as Piscinas, como o Pavilhão, que carecem, tanto das questões da Eficiência Energética, como da questão da requalificação pois todos os edifícios têm problemas com infiltrações, com chuvas e que é necessário requalificar. E a questão da água, nomeadamente no que concerne à água em baixa, na distribuição da água, nas roturas e na parte da tubagem nas canalizações.

Das Escolas, para terminar, foram identificados 5 Escolas que nós elencámos para continuar a fazer a sua requalificação: o Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, o Jardim-de-Infância e a Escola do 1.º CEB de Vale de Madeiros, o Jardim-de-Infância e a Escola do 1.º CEB de Vilar Seco também no que falta concluir em termos dos equipamentos que foram, devidamente, inventariados, para receber e criar condições para os alunos para que consigam estar e terem condições de qualidade no exercício da sua atividade de Escola. A questão da requalificação também do espaço na Aguieira que tem um Jardim-de-Infância e uma Escola separados e tentar juntá-los num espaço. E também do Jardim-de-Infância de Senhorim que tem um espaço que, de

facto, não é, propriamente, o espaço mais adequado, digamos assim, para a atividade da Educação. Grosso modo, em termos de Educação, era isto que era para falar.

Sobre a questão da rede viária, duas questões que são importantes. Está a ser preparado um documento que será enviado amanhã à Tutela. Não há nenhum aviso aberto, não há nenhuma candidatura aberta, mas com o inventariar que houve dos efeitos dos danos causados pela chuva. Não podemos falar em cheias, mas tivemos aqui uma carga forte, nós e o País inteiro também. E, portanto, houve muitas infraestruturas que ficaram degradadas, que foram, devidamente, inventariadas. Vai ser feita uma informação dos custos e iremos apresentar, naturalmente, o documento à Tutela, à Administração Central, ao Ministério da Coesão, ao Ministério das Infraestruturas, de forma, também, ao Município de Nelas ter um apoio que faz sentido e que se fala que poderá ser criada uma linha nesse sentido. Mas, independentemente, de ser criada, ou não, nós vamos avançar com a inventariação e com os custos que lhe estão associados, em diversos equipamentos, começando pelos do conhecimento público, das questões das Caldas da Felgueira, da Lapa do Lobo, da Póvoa de Luzianes, em Canas de Senhorim, em Senhorim, na Lapa do Lobo, na rede viária, um pouco por todas as Freguesias do Concelho, que está inventariado para ser enviado à Tutela.

Ainda sobre a questão da requalificação da rede viária e esta parte, julgo que também é relevante, não há nos dois Quadros Comunitários que estão abertos, quer no PRR, que ainda não tem execução, sem sequer de chegar aos 50%, mas não estavam nos grandes temas do PRR a questão das infraestruturas e da requalificação no que concerne à rede viária, não estava consignado. E no PT 2030 também não aparece. A CIM vai fazer uma candidatura com a CCDR já à espera da aprovação da União Europeia, ao Programa Operacional, que permite que seja feita, através da Linha BEI, do Banco Europeu de Investimento, a requalificação da rede viária no âmbito dos 14 Concelhos da CIM.

Há, inclusivé, um Programa que foi apresentado há bem pouco tempo em Barcelona, que também tem a ver muito com isso, com a monitorização da nossa rede viária, o estado da nossa rede viária, o cumprimento que é feito e, simultaneamente, hoje o que está inventariado no estudo e depois o que são os contributos dos nossos territórios, das nossas Freguesias, para haver essa intervenção. E acho que isto, Professor João Alfredo, tem muito a ver com o que estava a falar e na oportunidade que pode haver para esse efeito. Não havendo Quadros Comunitários, está a ser criado este Programa Operacional, a nível da CCDR e depois rastreado pelas CIM,s, no que concerne à nossa, a Comunidade Intermunicipal Dão Lafões, nesse sentido.

No que concerne ao Senhor Deputado Pedro Pinto, os Orçamentos dos Bombeiros, eu diria, sem demagogia, que todas as verbas que fossem dadas, eventualmente, nunca seriam demais, com a devida, naturalmente, consensualização para isso, mas percebendo també que é assim: Há um investimento crescente. Nós tínhamos uma dotação orçamental, digamos assim, que era de 65.000,00 euros, não quer dizer que fosse sempre cumprida, mas que estava atribuída. Neste momento, com as EIP,s são 85.000,00 euros. Há o compromisso de nós fazermos, além das EIP,s, mas dizer que é um apoio, de facto, aos Bombeiros porque os Bombeiros também necessitam de fundo de maneio, de dinheiro vivo, que não seja só investimento nas EIP,s. E foi isso que foi estipulado com os Bombeiros. E neste Orçamento também lá vem isso cabimentado. Bem como o apoio, que foi instituído, quer com a anterior Direção dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, quer com a atual e com os Bombeiros Voluntários de Nelas, na aquisição das duas viaturas, a comparticipação da Autarquia em 50% na aquisição dos veículos.

A questão dos caminhos que o Senhor Deputado Pedro Pinto falou e da recomendação, eu, ao responder na questão da conservação da rede, vai um pouco ao encontro do que era falado.

Para terminar, ainda sobre esta questão, um apontamento lapidar, Senhor Presidente, desculpe, mas julgo que isto é relevante. Nós temos a noção que a resposta da Autarquia, do Executivo, aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal e em particular, aos Senhores Presidentes das Juntas, era para ontem. Fazer uma coisa destas era para ontem. Não é para amanhã. Temos a perfeita noção disso.

Mas também temos a noção que há aqui duas janelas de oportunidades. Uma delas, claramente, é esta que, como sabem, vai haver apoios extraordinários para alguns Municípios, decorrentes das cheias e parece-me claro que haverá, naturalmente, uma inventariação para os outros Municípios, que também pertencemos ao mesmo território, ao mesmo País, também posso apresentar, no seguimento do que aconteceu com os fogos e com outras tragédias, anteriormente. Havendo, ou não havendo, o Município vai apresentar e vai fazer essa exposição para, de alguma forma, ver se há alguma comparticipação da Administração Central sobre os danos causados.

E, independentemente, disso, construindo da mesma maneira, esta candidatura da CIM é para implementar no ano de 2023. É para ficar concluído o processo, de acordo com o que determinámos para primeiro semestre e começar-se a implementação a partir do segundo semestre. Julgamos que, apesar de tudo, o que é importante nisto, nós, nas reuniões da construção do Orçamento, falámos com todos os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia no sentido de enviarem e alocarem para depois darmos uma resposta rápida quais seriam as vias. Neste momento, diria que estão todas quase, de facto, com algum desgaste. Há a requalificação viária a fazer e depois há as intempéries e as chuvas que nos fustigaram e nos estão a fustigar neste inverno. Nós falamos disto, mas, depois, no verão, pedimos água e temos falta dela. Portanto, andar aqui. Ainda agora, viram também as notícias, mas o que é facto é que a Barragem de Fagilde, que não teve água e agora tivemos que abrir as comportas porque já não conseguíamos suster e reter e armazenar toda a água.

Portanto, era esta nota que, Senhor Presidente da Assembleia, que queria deixar. Agradeço a atenção concedida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, damos por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia. E passaríamos, agora, ao Período da Ordem do Dia.

Nos termos do artigo 19.º, do Regimento, farei uma exposição muito sumária sobre cada um dos pontos, que depois serão sujeitos e submetidos à apreciação e votação.

O ponto n.º 1 é a Informação do Senhor Presidente da Câmara, como habitualmente. E eu digo, como habitualmente, porque voltam a não chegar à mão dos Senhores Deputados as Despesas Contingentes com os processos judiciais e isso é obrigatório. É a quinta vez que eles não vêm. Fica à consideração dos Senhores Deputados. Mas, depois, podemos analisar isso no Orçamento.

O ponto n.º 2 é a discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023. Naturalmente, todos os Senhores Deputados receberam o Orçamento e as GOP,s e, portanto, poderão verificar que, para o próximo ano de 2023, o Orçamento, que era 22 milhões de euros, passa a 26 milhões de euros. Portanto, são boas notícias, se lá chegarmos a esses valores. Oxalá que sim.

O ponto n.º 3 é a discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2023. Como, habitualmente, é sempre a mesma coisa. Queria esclarecer-vos que, há um ano, tínhamos 231 Funcionários. Depois aposentou-se uma Senhora, a D.ª Arlete. Ficaram 230. A relação, como é fornecida em novembro, já só tem 212. Mas depois entregam-me uma relação nominal e afinal temos é 274 Funcionários porque há mais uns contratados extra. Está cá o Mapa. Os Senhores Deputados receberam-no e, portanto, terão oportunidade de o discutir e votar.

O ponto n.º 4 é autorizar o lançamento da derrama para o ano de 2023. É o habitual com isenção para as empresas que não atinjam 150.000,00 euros de volume de negócios.

A discussão, depois é o n.º 5, é a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que é o habitual também, 0,25%, para o ano de 2023.

O ponto n.º 6 é a discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS. Os 4% habituais, também.

O IMI sobre Imóveis, 0,3% para os urbanos e 0,8% para os rústicos. É o habitual. Também não tem alteração.

O ponto n.º 8 é o Imposto Municipal sobre Imóveis degradados. Portanto, segundo o relatório que aqui está, parece que haverá 400 imóveis degradados. E esta taxa é para agravar no triplo, como habitualmente também.

A Constituição do Conselho Municipal da Juventude, portanto, chegou-me aqui um mapa já com a indicação dos dois Membros da Coligação. Faltará depois indicar os do Partido Socialista e da CDU, em termos de Assembleia Municipal.

O ponto n.º 10 é a Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Aguieira. É a tal desagregação de que já falámos aqui imenso. É só para votar e enviar. Eu chamo à atenção que isto tem que ser urgente porque tem que estar na Assembleia da República até dia 24 de dezembro. Eu recomendava aqui aos Senhores Presidentes de Junta desta desagregação que amanhã fossem à Câmara Municipal no sentido disto ser enviado rapidamente, porque amanhã já são 22 e isto tem que chegar a 24 à Assembleia da República. Tem que ser com urgência. Há quem diga que é até ao fim do mês. À cautela, façam favor de agilizarem o processo.

Para conhecimento apenas do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, que é ponto n.º 12.

Os pontos n.ºs 13 e 14 é o habitual. É a comparticipação do Município de Nelas para os transportes públicos de passageiros. Cabe ao Município, no próximo ano, pagar 26.000,00 euros à CIM. Mas isso são assuntos discutidos lá. Nós, aqui, temos pouco a ver com isto. E, portanto, iríamos, agora, então, analisar ponto por ponto.

Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, de facto, a Informação que apresentou, ou apenas se quer remeter para o documento. Faz favor de dizer, Senhor Presidente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 30 de novembro de 2022, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas

Finalização dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas

Obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc;

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualiazação;

Atualização de software e firmware da storage;

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;

Resolução de 217 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Continua a decorrer o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION.

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 4256 atendimentos.

SERVIÇO DE DESPORTO

Participamos na Semana Europeia do Desporto, através do Projeto IPDJ BeActive, uma iniciativa da Comissão Europeia do Desporto com diversas atividades, que de acordo com a calendarização dos eventos decorreu entre os dias 23 e 30 de setembro.

Dentro da temática e dinamizando as entidades locais promotoras do desporto no município, realizou:

- "FITNESSDAY" – Zumba - Atividade desenvolvida por: Serviços de Desporto em colaboração com o Ginásio Prostar;
- "OPENDAYFAMILIAS" – Ténis e Karaté - Atividade desenvolvida por: Serviços de Desporto em colaboração com o Ténis Dão Nelas e a União de Karaté Shotokan das Beiras;
- "PAUSATIVA" – YOGA - Atividade desenvolvida por: Serviços de Desporto em colaboração com o Centro de Yoga – Áshrama Viseu Viritus;

- "BEATIVE SÉNIOR" – Caminhada - Atividade desenvolvida pela Universidade Sénior;
- "ESCOLATIVA" – Jogos Tradicionais - Jogos Tradicionais nas aulas de AFD das Atividades de Enriquecimento Curricular.

O projeto "Crianças em Movimento…", teve início a 14 de novembro de 2022, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Sendo que os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância "Girassol", Escola João de Deus e Jardim-de-infância "Malmequer", frequentando apenas as aulas de Adaptação ao Meio Aquático. No total estão envolvidas aproximadamente 300 crianças do concelho.

O evento "Mexer por uma Causa" realizou-se entre os dias 14 e 18 de novembro, com o objetivo de sensibilizar para a problemática da doença Diabetes. Que apesar da sensibilização continua com uma prevalência elevada no nosso país. Nesse sentido, o serviço de desporto como como promotores da atividade física, saúde e bem-estar da nossa comunidade, pretendeu mais uma vez sensibilizar, a população em geral, mas principalmente os mais afetados por esta realidade, através da realização de uma aula de 40 min de atividade física adaptada à realidade das IPSS.

A disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, arrancaram a 19 de setembro com Atividade Física e Desportiva no Pavilhão Desportivo Municipal e nos recursos espaciais do Centro Escolar. Contudo, só a partir do dia 14 de novembro é que foi possível proporcionar aulas de Adaptação ao Meio Aquático (Natação) nas Piscinas Municipais Cobertas às turmas dos dois agrupamentos de escolas do conselho.

Inicio do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2022/2023 a 14 de novembro, com o início das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação). À presente data, nos vários grupos de ensino estão inscritos perto de 300 alunos nas aulas com orientação técnica.

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do conselho, foram cedidas as instalações para diversas atividades, nomeadamente:

- Ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal;
- Ao Núcleo Dão Nelas, para uma atividade de BTT realizada no fim-de-semana da Feira do Vinho a 4 de setembro, nomeadamente através da cedência da receção aos participantes e utilização dos balneários;
- Ao SCN e Veteranos para realização do VII Encontro de Veteranos realizado no fim-de-semana da Feira do Vinho;
- À Associação de Futebol de Viseu com a cedência no dia 25 de setembro das instalações para o jogo da Supertaça Distrital de Viseu Sénior Feminina entre a Casa Benfica de Mortágua e o Viseu 2001;
- Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar;

- Ao Serviço Educativo do Município SEC, para desenvolvimento das atividades extracurriculares de Atividade Física e Desportiva dos agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim.

No âmbito de toda a atividade desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos no trimestre de 1 de setembro a 30 de novembro:

- Cedência das instalações para treinos SLNelas para os vários escalões de formação do clube;
- Cedência das instalações para treinos e jogos do calendário de competição e particulares do SCN e Veteranos;
- Dentro da dinâmica da Feira do Vinho realizada todos os anos pelo município, decorreu o VII Encontro de Veteranos, através de um torneio que contou com a participação de 16 equipas de Veteranos;

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 18 agregados familiares, dos quais 16 foram deferidos e aprovados em reunião de Câmara.

A Loja Solidária de Nelas, contou com 24 doações de diversos artigos (vestuário diverso, mobiliário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares.

Neste período, 23 agregados familiares, correspondendo a 65 munícipes realizaram marcação e beneficiaram dos produtos disponíveis na loja.

O Banco Local de Voluntariado realização a candidatura a 17 de outubro de 2022, ao Prémio de "Boas Práticas do Voluntariado Jovem - edição 2022", com a elaboração de um vídeo que posteriormente foi apresentado no IPDJ em Viseu, com o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de voluntariado jovem para a natureza e florestas (dinamizado no mês de agosto de 2022).

O Serviço Municipal de Apoio à Economia Social, para além dos projetos individuais, tem desenvolvido um trabalho diário e continuo de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência são realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

A Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), composta por vários colaboradores da CMN e outros profissionais de entidades externas, pertence ao projeto intermunicipal denominado "+ Igual Viseu Dão Lafões", elaborou o Diagnóstico e apresentou já o Plano Municipal para a Igualdade e Não Descriminação do Concelho de Nelas, aprovado em reunião de Câmara no dia 31 de outubro de 2022e agora dado conhecimento à Assembleia Municipal.

A 17 de setembro de 2022, o Município de Nelas no âmbito da implementação do Projeto "+ Igual Viseu Dão Lafões" a EIVL acolheu uma Ação de formação subordinada ao tema: "Promoção de Debate Público: Cultura e Igualdade de Género", direcionada a todos os parceiros, técnicos municipais que integram a CIM Dão Lafões e comunidade geral.

No dia 12 de outubro de 2022, o Município de Nelas foi distinguido em Guimarães com uma Menção Honrosa na 6ª Edição do Prémio "Viver a Igualdade" no Biénio 2022/2023, promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), reconhecendo todo o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Nelas e todos os parceiros/intervenientes no desenvolvimento das iniciativas e estratégias promotoras de Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação.

Na semana de 20 a 25 de outubro de 2022, e no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade, o Município de Nelas participou no desafio lançado pela Comissão a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) na causa "Degraus para a Igualdade" com a atividade de resposta

escrita, anónima e voluntária às questões: "Existem Desigualdades entre Homens e Mulheres? Onde?" em colaboração com as Juntas de Freguesia e Serviços da Câmara Municipal de Nelas.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase da implementação do PMIGND, tendo já sido concretizada a ação – "Sensibilização para os Dirigentes Municipais", no passado dia 23 de novembro de 2022.

No âmbito do CER- Cuidar e Receber – Projeto de Informação e Apoio aos Cuidadores Informais o Município foi informado que estava a decorrer a candidatura ao Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), em outubro de 2022, tendo sido considerada uma das 130 Boas Práticas da edição de 2022. Trata-se de um projeto que avalia todas as candidaturas e seleciona, dentro das categorias Conhecimento +, Saúde + e Vida +, um conjunto de boas práticas ponderados os vários critérios de avaliação em análise.

Foi aprovado em reunião de Câmara realizada em 31 de outubro, o protocolo entre o Município de Nelas e Guarda Nacional Republicana para implementação do Projeto eGUARD - projeto de teleassistência a pessoas que se encontram em situação de isolamento e vulnerabilidade social.

Foi deferido um requerimento no mês de outubro, um processo para apoio no âmbito dos tarifários especiais de água, no âmbito do regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos.

Foram requeridos 17 Cartões Sénior Municipal

No dia 28 de novembro de 2022, foi apresentado em reunião de Câmara, a proposta do Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas e respetivo logótipo, que será submetido à Assembleia Municipal após inquérito público.

No dia 12 de outubro de 2022, o Município de Nelas participou no Seminário "Autarquia Solidária" em Óbidos, no qual foi apresentado o Livro "Ação Social Autárquica" que contém um capítulo elaborado pelas Técnicas do Serviço da Ação Social - Capítulo IV.

No dia 25 de novembro de 2022, o Município de Nelas foi reconhecido pelo trabalho em prol da comunidade e pela contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes pela Cidade Social com a Certificação de Qualidade de Atividade Física Sénior com o Projeto da Universidade Sénior de Nelas.

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou prolongamento de horário.

Decorrente da assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações e o Município de Nelas, realizado no dia 10 de janeiro do presente ano, o SMAES está a receber formação especializada, durante os meses de outubro e novembro, por forma a implementar um serviço, (gabinete CLAIM), com funções de acolhimento, informação e apoio aos cidadãos migrantes, que manifestam interesse em residir no concelho.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube da Biblioteca.

Serviço de atendimento on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, nós procedemos à pesquisa e enviamos por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações.

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

Leituras 100 Idade - US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

Participação na animação da Feira do Vinho do Dão com Animadores Culturais Carlos Henriques e Luís Ribeiro.

Stand na Feira do Vinho do Dão dinamizando a feira do livro.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Participação na Feira do Vinho do Dão.

Abertura do ano letivo 22/23 já com a delegação de competências:

- Organização das refeições e refeitórios;
- Organização da rede de transportes;
- Análise e atribuição de escalões aos alunos;

Reuniões com os Agrupamentos de Escolas do Concelho para acompanharem a abertura do ano letivo;

Contratação e colocação dos professores das atividades de enriquecimento curricular e início das mesmas

Estabelecimento de Protocolo com a APPDA e Agrupamentos de Escolas para apoio aos alunos com dificuldades na aprendizagem;

Apresentação do espetáculo de dança "O Baile" da rede Cultural Alto Mondego, em Vilar Seco;

Apresentação do espetáculo de musica "Altamente" da rede Cultural Alto Mondego, em Nelas;

Inicio dos programas de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool;

Atribuição de apoios financeiros aos Agrupamentos de Escolas do concelho;

Comemoração do dia Mundial da Alimentação nas escolas do Concelho;

Apresentação da peça de teatro "Memorial do Convento" no Cineteatro de Nelas no âmbito do projeto da Promoção do Sucesso Educativo,

Apresentação da peça de teatro "Ano da Morte de Ricardo Reis" no Antigo Balneário dos Ingleses, no âmbito do projeto da Promoção do Sucesso Educativo,

Início do projeto Musica Maestro no Pré-escolar;

Reunião e constituição do Conselho Municipal de Educação;

Reunião com os encarregados de educação dos alunos com NEE dos Agrupamentos de Escolas;

Preparação dos projetos de férias: Até já Escola para o Pré-escolar e Ferias em Ação Natal 22 para os alunos do 1º Ciclo;

Preparação do Mercado de Natal;

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Planificação do projeto do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2022-2023;

Planificação do ano letivo 2022-2023 na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;

Cumprimento do plano de aulas do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2022-2023;

Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;

Cumprimento do plano de aulas nas AEC;

Ensaios de preparação das participações no mercado de Natal 2022 dos alunos da AMAN;

Colaboração no "Dia Mundial do Enoturismo – Nelas coração do Dão" da responsabilidade do Município de Nelas;

Colaboração no projeto Clave Soft, responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Nelas;

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 30 de novembro de 2022:

a) Dívida de médio e longo prazo: 9.430.827,87 €

b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.882.537,37 €

c) Financiamentos Contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €

d) Financiamentos contratualizados por utilizar: 1.600.000,00 €

e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 2.333.642,99 €

f) Financiamentos aprovados em AM (não contratualizados): 1.600.000,00 €

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente. Dizer só duas questões. Obviamente, remeter para o documento, que foi distribuído e foi enviado para os Senhores Deputados da Assembleia Municipal. E dizer que, no que concerne à questão das Responsabilidades Contingentes, está cá o valor das Provisões. Não está individualizado, mas está cá o valor das Provisões e das Responsabilidades Contingentes. E, depois, vem, devidamente, enumerado, até no Orçamento Municipal, a partir da página 11. Mas, naturalmente, poderá vir, depois, desagregado numa informação posterior.

Agora, o que nós tínhamos feito, a nível de Informação, era o valor em termos do que seriam os valores das Provisões e das Responsabilidades Contingentes e não no seu desdobramento. Mas o Quadro que está na página 11, 12 e 13, se for necessário acompanhar nas próximas Assembleias.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Presidente está a falar do Orçamento? Peço desculpa. Então, já lá vamos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, do Orçamento. Portanto, já remeti para o documento. Portanto, o documento está apresentado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, os Senhores Deputados querem algum esclarecimento mais? Quer fazer uma intervenção Senhor Deputado João Paulo sobre este primeiro ponto, 2.1? Há mais algum Senhor Deputado, ou Senhora Deputada, que queira fazer alguma intervenção sobre esta Informação do Senhor Presidente da Câmara? Não há. Então, Senhor Deputado, faz favor,

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo,

Membros da Mesa,

Caríssimos Colegas,

Caríssimo Público.

Eu vinha aqui só fazer quatro perguntas ao Senhor Presidente. Queria-o questionar sobre a Rua da Cerca. A CDU tem conhecimento que deu entrada na Câmara Municipal um abaixo-assinado de todos os moradores desta rua a pedir melhoramento da mesma no anterior mandato. E como, com o anterior Presidente da Câmara, existiam em Nelas Cidadãos de primeira e outros de segunda, consoante as opções políticas. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente o que é que o Senhor Presidente vai fazer com esta rua.

Outro ponto: Grave problema nos passeios da Lapa do Lobo. Relativamente aos muros que sustentam os passeios e que se encontram intransitáveis para os peões, quando é que se iniciam as obras? Se nessas obras estão incluídos os passeios novos que se danificaram com estas chuvas?

Estrada de Santar - Carvalhal Redondo. Esta estrada encontra-se em muito mau estado, intransitável. Temos que passar, todos os Municipes e demais circulantes nesta estrada, têm que passar a 20. Onde está aquele rasto. Se vai haver alguma intervenção nessa estrada ali junto àquelas obras que lá andam a ser feitas ao pé da Casa de Santar?

E outra pergunta era: Se o Centro de Saúde de Nelas, quando parar de novo, o prolongamento do horário repetirá o problema que era na altura do COVID-19?

É só. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Deputado João Paulo.

O abaixo-assinado que falou da Rua da Cerca ainda é do anterior Executivo. O que está a perguntar o Senhor Deputado é pegar no processo e dar-lhe seguimento, uma vez que não teve seguimento. É disto que estamos a falar? Certo?

Muito bem. Agradeço a recomendação, Senhor Deputado. E, naturalmente, que nos iremos debruçar sobre essa questão. Sendo certo que a questão deste abaixo-assinado merecerá, naturalmente, a atenção do Executivo.

No que concerne aos passeios da Lapa do Lobo, os passeios da Lapa do Lobo, em particular, há uma empreitada, que foi uma empreitada recente, feita no verão de 2021, com uma celeridade, se calhar, excessiva. E, independentemente, do que aconteceu agora, o que interessa é tentar resolver o problema.

Como os Senhores sabem, parte do passeio cedeu. A intervenção da Proteção Civil foi feita de imediato. Foi feita a circunscrição do acesso. E foi feita logo a reunião com o empreiteiro no sentido de haver duas questões. Há um Serviço Técnico que, naturalmente, vai fazer um Relatório sobre a situação. E será, naturalmente, acionada a garantia que está, de alguma forma, também com o próprio empreiteiro, também vinculado à situação. E, portanto, vai ser feita essa intervenção. Naturalmente que há uma primeira intervenção de estabilização. A intervenção de fundo não poderá ser feita ainda com estas condições climáticas. Mas, naturalmente, será para ser feito dessa maneira.

A estrada que acabou também de falar, de Santar – Carvalhal Redondo, em particular na especificidade que falou, está inserida também no âmbito do Projeto de Requalificação do Centro Histórico de Santar, na qualidade sustentável, no âmbito da candidatura que nós fizemos ao PRR. E, portanto, no próprio Projeto em si e no que são as responsabilidades do Município, essa parte, em particular, será incluída no âmbito deste Projeto.

Eu não se me faltou alguma coisa. Do Centro de Saúde. Do Centro de Saúde, começámos o funcionamento agora. Então, é assim: Como sabe, a delegação de competências na Área da Saúde ainda não foi assinada pelo Município de Nelas e, inclusivé, por outros Municípios. No seguimento disso estava um Caderno de Encargos, uma questão de requisitos que nós achámos que fazia sentido. Achámos e achamos que faziam sentido estarem consignados antes de assinar a aceitação da transferência de competências. Uma tinha a ver com a requalificação do próprio edifício, que nós fizemos a candidatura, que foi aceite, ou enquadrada no âmbito do Quadro do PRR, mas que estamos à espera também de ver o desenrolar, ou o desfecho desta candidatura.

Tem a ver também com a questão dos Quadros e os Quadros de Pessoal são relevantes porque os Quadros, à medida que os Auxiliares Técnicos vão, ou mudando para outro Posto de Trabalho, ou para outra localidade, ou se aposentam, o Posto é extinto. Ou seja, já havia Quadros com seis Postos de trabalho. Neste momento, já só têm 4. Nós temos que fazer reforços para 6 para evitar, precisamente, essa questão.

E, naturalmente, as questões que têm a ver com os custos associados e com as transferências para o funcionamento dos próprios Centros de Saúde. O que também está instituído é, há um novo Assistente Operacional que foi contratado e já está a fazer parte dos Quadros da Unidade de Saúde Familiar de Nelas. E há o compromisso do alargamento do funcionamento para o horário que se quer que seja até às 22 horas e ao sábado de manhã.

Sendo certo que até à meia-noite, agora a maior parte dos Centros de Saúde, há alguns que ainda funcionam. Outros deixaram de funcionar, como em Mangualde, que também já não funciona até à meia-noite. O que pode, eventualmente, acontecer e a Senhora Presidente da ARS do Centro, é no sentido de, eventualmente, haver um Serviço de Apoio à Comunidade, um SAC, que possa funcionar como, haver uma Urgência, que já não existe nesta tipologia de Unidade de Saúde Familiar, mas que fosse feita com os outros Concelhos e não especificamente sobre este.

Ou seja, o próximo passo a dar é no início do próximo ano de 2023, o prolongamento do horário até às 22 horas e o atendimento também ao sábado. Naturalmente, depois desse, também está em cima da Mesa a criação, ou a proposta da nossa parte, da criação do SAC. Não sei se. Obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, podíamos dar por encerrado este primeiro ponto, que é a Informação do Senhor Presidente da Câmara. E, antes de passarmos ao segundo ponto porque será, naturalmente, mais longo e depois o resto é muito mais rápido, estão-me aqui a sugerir fazer um intervalo de dois minutos. Portanto, dois minutos de intervalo.

Então, passaríamos, agora, ao ponto n.º 2, que é a discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023. Perguntava aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas, quem é que se quer inscrever. Perguntava aos Senhores Deputados, quem é quer fazer as suas intervenções sobre a discussão do Orçamento e Plano de Atividades. Já há uma inscrição, duas, três e haverá a quarta, que é a minha. Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, boa noite, mais uma vez.

Em traços gerais e nas questões de fundo sobre opções políticas que norteiam o orçamento municipal e as grandes opções do plano, a CDU considera que há elementos de preocupação que devem inquietar os munícipes do nosso concelho.

Não entramos nesta discussão a partir das questões técnicas que regem a elaboração destes documentos e sabemos há questões de natureza do cumprimento da lei e regras de acesso a fundos comunitários que limitam, de forma geral, a acção e autonomia do Poder Local Democrático.

Contudo, consideramos que os dados que constam dos documentos em apreço apontam um caminho que é um caminho de continuidade e contrário ao essencial do que efectivamente conta para a vida dos nelenses.

Alguns exemplos:

1-Não se vislumbra que tendo em conta que a autarquia tem encargos significativos com a aquisição de refeições confeccionadas, em vez de promover a confecção pelos próprios meios e

adquirir os produtos dos nossos agricultores, criando uma rede curta de distribuição, garantindo o escoamento dos produtos locais, dinamizando a economia local, em vez disso a opção é a de continuar a adquirir fora serviços de empresas no sector.

2-Os números e mapas apresentados confirmam que os encargos com pessoal aumentam muito à custa do processo de transferências e Competências, particularmente na educação, mas confirmam também que há falta de pessoal nas escolas e que a transferência do estado assume os encargos com o pessoal existente em vez do pessoal necessário. O que daqui se conclui que a resolução deste problema passará para a autarquia, assumindo mais encargos ou mantendo as escolas com falta de trabalhadores.

3-A requalificação do Parque Escolar antes era uma responsabilidade do Ministério da Educação e, portanto, sem encargos para a autarquia. Mesmo num quadro em que o grosso do financiamento é de fundos europeus verifica-se uma partilha de encargos em partes praticamente iguais na componente de financiamento nacional entre a autarquia e o estado central. Em cerca de 7 milhões € 7% do financiamento não são propriamente trocos, é dinheiro que falta para outros problemas do concelho.

Estes são alguns exemplos e poderiam ser outros. É nesse sentido que manifestamos a nossas preocupações e que não nos permite acompanhar estes documentos com outro voto que não votar contra.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, para a segunda intervenção, o Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Senhor Presidente da Câmara,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Vereadores,
Senhores Membros da Mesa,
Senhores Deputados Municipais,
Senhoras Deputadas Municipais,
Ex.m.º Público.
Muito boa noite.

Nós vamos ser breves na análise do Orçamento. Depois iremos apresentar uma Declaração de Voto mais especificada. Mas, há aqui duas, ou três coisas que nós queríamos chamar à atenção e começamos logo pelas Receitas – Vendas de Bens e Serviços.

Portanto, a nós, parece-nos que, de facto, este Orçamento está inflacionado e que não vai ser possível atingir os objetivos a que se propõem. Pelo que eu entendi estas Vendas de Bens e Serviços estão aqui 3.311.000,00 euros e verificamos que desses 3.311.000,00 euros, 3 milhões de euros são de aumento da fatura da água. Portanto, a fatura da água está aqui prevista em 2.950.000,00 euros. Isto equivale a um aumento de 1,5 milhões de euros se compararmos com 2021.

Também, se compararmos com 2021, se comparamos com o Orçamento para 2021 para agora, porque em 2021, nós sabemos que, não, porque 2021 foi o último Orçamento antes deste Executivo. Não é por acaso que eu falei em 2021. Dois mil e vinte e um foi o último ano do anterior Executivo. Portanto, 2022 já foi este Executivo. Fez os aumentos que achou convenientes. Não sei se consegue, ou não, viabiliza-los, nem podemos analisá-los agora porque ainda não terminou o ano. Mas é importante ter base no último que podemos comparar, que é 2021, de 2022 não podemos comparar nada. Pronto.

E, portanto, 2021 que é o único termo de comparação que nós temos, estes, a água, o saneamento e os resíduos tinham um orçamento de 1.425.000,00 euros. Pronto, se querem mais especificado. Neste momento, o que prevêem para 2023 são 2.950.000,00 euros. Portanto, são mais 1.525.000,00 euros. Portanto, mais de 100%. Concretamente, 107%.

Não é isso que está em causa. Toda a gente sabe que é necessário aumentar a fatura da água. Isso não é nenhuma coisa. Agora, parece-me que é impossível aumentarmos a fatura da água em mais de 100%. A fatura da água, vendo estes três componentes, água, saneamento e resíduos, há um aumento de mais de 100%, se compararmos 2021 com 2023, o previsto para 2023.

E mais, o que é que me preocupa aqui? Em 2023, nas penúltimas Contas de 2021, que foram aprovadas em abril, esta receita foi apenas de 1.434.000,00 euros. Portanto, continuamos a estar a menos de 100%. Portanto, outro facto, outro facto, a Câmara está a pensar duplicar a fatura da água, não quando da água não falo só da água, mas falo dos três componentes, é irrealista este valor. Portanto, é por isso que digo que isto está inflacionado. Eu acho que é muito difícil, senão impossível, nós conseguirmos este valor. Mas isso é uma situação que é só para alertar e não para mais nada.

Outra situação que me preocupa é precisamente as receitas plurianuais. Nós, este ano temos uma receita plurianual prevista de 26 milhões de euros, aproximadamente. Mas, para o ano, já só temos 15 milhões de euros. Também se entende porquê. É, exatamente que este ano é que se vão buscar todos os Fundos das obras que ainda não foram, para se pagarem as obras que terminam em 2023. Por aí, tudo bem. Agora, o que é certo é que estes menos 11 milhões de euros dá a entender que os projetos de obras para os próximos anos, ou são nulos, ou quase nulos. Estão resumidos ao Reaproveitamento das Águas Residuais e pouco mais. Portanto, não estamos aqui a prever nenhum projeto que tenha um valor significativo.

E, não é preciso irmos muito longe porque basta vermos as despesas de capital, também plurianuais, que este ano é 12 milhões de euros. Certo. Tem que ser mesmo. Mas, para o ano, é de 2 milhões de euros. Portanto, temos aqui uma quebra de tal forma e nos anos seguintes, prevê-se a mesma coisa. Os anos seguintes, tudo bem, porque há tempo para desenvolver novos projetos. Mas, agora, parece-me que para 2024 é que já deviam haver alguma coisa na manga para não haver esta queda tão grande. Parece que o Concelho vai parar. Espero que não. Espero que não. Pronto. Mas isso é uma situação.

Agora, este inflacionar da receita, nós entendemos porquê. É que há aqui a Aquisição de Bens e Serviços que, em 2021foi de, aproximadamente, 4 milhões de euros, 3,9 milhões de euros. Para 2023 estão cá 5,1 milhões de euros. Claro que eu só pergunto aqui, não me preocupo com os Bens, preocupo-me é com os Serviços. Eu andei aqui durante 4 anos a ouvir: É um desperdício. É um desperdício. Os Serviços contratam. Os Serviços contratam. Não temos Funcionários. E, quando vamos ao Orçamento de 2022 continuámos tudo na mesma. Com o Orçamento de 2023 continua tudo na mesma, se não pior. Portanto, alguma coisa aqui não bate uma coisa com a outra.

Assim como dizerem que não havia empréstimos e já estamos aqui com dois empréstimos na calha. Mas isso é outra situação que também não interessa porque, de facto, nós também concordamos que para haver obras tem que haver empréstimos. Ninguém consegue fazer obras sem empréstimos. O dinheiro não nasce lá no buraco.

Outra situação que já foi falada aqui são as tais Despesas Contingentes. Vem ali, a partir de 2013, vêm lá apenas 15 despesas, 15 despesas que não devem ultrapassar 100.000,00 euros, todas somadas. Somando-as, não devem ultrapassar 100.000,00 euros. Quando estamos a falar de Despesas Contingentes, segundo a última Informação do Senhor Presidente da Câmara, de 2.333.000,00 euros, se lhe tirarmos os 800.000,00 euros anteriores, estamos a falar de 1.500.000,00 euros. Então e apresentamos despesas de 100.000,00 euros? Então e os outros?

Estamos a falar de quê? É que já andamos desde a aprovação das Contas a perguntar por isto. Que despesas são estas? Já não vieram nas Contas. Foi uma das coisas que nós perguntámos. E continuam a não vir. Portanto, é uma situação que é importante que nós, de facto, víssemos.

Isto, para não falar noutra situação que me é bastante querida e que me dói muito, que é a Habitação Social. Habitação Social que estava desprezada e tinha uma parcela a 100%. Não se fez, absolutamente, nada. Está-se à espera do PRR. Não sei se vem, se não vem. E, pelo menos, o que é comparticipado a 100%, não percebo porque é que não se vai andando, pelo menos, com essa parte. Mas isso é outra situação que a gestão da Câmara, portanto, a Câmara faz a gestão que achar conveniente. Eu não gostaria de acabar este mandato sem ter a Habitação Social a andar. Foi a minha luta com o outro Executivo durante 4 anos e quase que não consegui nada. Conseguimos já no fim do ano. Nós temos que ter em atenção porque, de facto, se o PRR não quer, se não está nada previsto, dá para entender que não é para fazer nada. Pronto. Pode ser que seja. Espero que sim.

Pronto, não me vou alongar mais. Nós, depois, vamos enviar uma Declaração de Voto e já agora para terminar, é só para dizer que o nosso sentido de voto vai ser a abstenção porque, em parte, não discordamos completamente e até temos que admitir que o Orçamento vai um bocado na linha, para não dizer todo na linha do que vinha anteriormente. Só não vem, na despesa é que vem um bocado mais. Portanto, vamos ver o que é que isto vai acontecer. Mas, não se prevê grandes mudanças, tão propaladas que foram.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, terceira intervenção. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Olá, boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Caros Colegas Deputados,

Senhores Presidentes de Junta,

Estimadíssimo Público.

Sem me alongar muito, até porque é dificil seguir nas palavras do Professor Borges, que pela experiência e pelo conhecimento, já veio fazer hoje e vem fazendo as críticas, que foram acertadas, a este Executivo que já leva, sensivelmente, mais de um ano, um ano e três meses, salvo o erro.

Portanto, apenas duas notas, que queria deixar. A primeira, é que, consultando o Orçamento, como todos consultámos, podemos ver que existe apenas a dotação do enquadramento de 1,00 euro para o ano que vem para a Requalificação da Ponte das Caldas da Felgueira e o Distrito de Coimbra. Portanto, estamos a falar de uma Ponte que é de 1898. E, hoje, o tema que tem marcado aqui a Assembleia e que tem marcado também, assolado o País, nomeadamente, em Lisboa, mas também aqui em Nelas, que é a questão das cheias, a questão das intempéries, que vêm acontecendo ano por ano, várias vezes por ano.

E estou a falar de uma Ponte de 1898, que já foi alvo de estudos nos últimos anos, inclusivamente, uma análise até subaquática à estrutura da Ponte. E é uma Ponte que, se calhar, foi recomendado à Câmara Municipal realizar ali um tipo de requalificação. Portanto, eu queria inquirir o Executivo e o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao porquê de uma despesa que é tão essencial, que mexe com pessoas e bens, uma Ponte que liga dois Distritos, que liga

Nelas a Coimbra e que tem, nesta altura, é de 1898, portanto, toda a atenção que se puder dar. Não só é premente, como é urgente. Portanto, inquiri-lo nesse sentido.

E, num segundo sentido, o Professor António Borges já abriu as hostes nesse sentido, que é o facto, para grande surpresa, ver aqui no Mapa de Provisionamento para 2023, em matéria de empréstimos, duas novas linhas no valor de 1.400.000,00 euros de um empréstimo que terá de ser contraído, que se preverá contrair para 2023, ou pelo menos, aprovado para 2023. E eu pergunto: Portanto, temos aqui uma declaração e o Senhor Presidente da Assembleia, certamente, não me vai levar a mal que eu reproduza aqui as palavras que, superiormente, disse na última Assembleia e que passo a citar: Isso vai custar ao Município mais meio milhão de euros. Quem paga? Eu já disse ao Senhor Presidente da Câmara que não agendo empréstimos novos. A Câmara tem sempre a possibilidade de convocar uma Assembleia Extraordinária. Pode fazê-lo. Mas, voluntariamente, não agendo. Não foi isso que eu andei a dizer às pessoas há um ano atrás. E, portanto, tenho muita pena. Estou com o Executivo, atenção, para esclarecimento de todos. Mas há coisas que eu tenho que vos alertar.

Portanto, eu queria apenas questionar como é que tencionamos executar o aprovisionamento a nível de empréstimos uma vez que em declarações do Senhor Presidente da Assembleia, numa ata que foi aprovada hoje, se quiserem consultar, se recusa a agendar novos empréstimos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Há mais um pedido de intervenção. Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhora Vice-Presidente da Câmara,
Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Estimado Público.

Quanto ao assunto que nos trás aqui hoje, que é as Grandes Opções do Plano para 2023.

Ora, analisando este documento, que ainda é extenso, ou seja, 26 milhões de euros, surpresa para muitos, se calhar. Para outros, não. Há obras em curso, ao fim e ao cabo, segundo aquilo que se disse, quando se pensa que não. Ao fim e ao cabo, há. Se calhar, há empréstimos para realizar, para acabar de pagar dívidas de obras iniciadas e que não foram pagas. Se calhar, são essas situações.

E, depois, fazemos um espanto quando se diz que, se calhar, em termos de Venda de Bens se aumenta a carga fiscal aos Municipes. Vamos aqui aflorar já o tema e que foi aqui bem dito, água. Água, saneamento. Ou seja, há vários meses, ou seja, até há vários anos, dissemos aqui sempre que teríamos que pagar as obras que andávamos a executar nas ETAR,s. Correto? Inclusivamente e posso-vos mostrar: 2021 – Eu, José Borges da Silva, declaro que esta Entidade atingirá um grau de cobertura dos custos de, pelo menos, 90% do Serviço de Saneamento. Mas com quê? Dizendo que tem que cumprir o pagamento desse Serviço, senão tem que devolver todos e todos os benefícios que recebeu para executar a obra.

Ou seja, estamos no final de 2022. Durante 8 anos não teve a coragem de aumentar um cêntimo e que disse aqui e posso passar a todos os Senhores Deputados, a toda a Assembleia, que

diz aqui assinado, assinado, diz aqui que se compromete a executar a obra e a cobrar, a cobrar aos Municipes para poder receber, que recebeu, os Fundos Comunitários. Ou seja, agora depara-se este Executivo com o seguinte: Ou cobra até ao final, até agora, portanto, em 2023, os custos que não cobrou durante estes anos todos, ou então tem que pagar 5 milhões de euros, devolver, devolver 5 milhões de euros.

Então, vimos aqui com quê? Com falácias? A tentar enganar o Povo? Meus Senhores, isto, aqui, foi fito N vezes nesta Assembleia. Inclusivamente, a Oposição disse: Senhor Presidente, aumente a água que nós apoiamos. Porque, realmente, era a necessidade. E, agora, surpreendidos, surpreendidos, Meus Senhores. Chegamos aqui e dizemos: Vamos aumentar a água. É este Executivo que vai fazê-lo. Realmente é. Mas mantém os compromissos assumidos por o Presidente dessa Bancada.

Sejamos corretos, Meus Senhores. Não façamos falácias. E eu posso passar o documento. Não é nada de política. É, realmente, a realidade que nos assola e que depois dissemos assim: Que obra é que temos para seguir? Não temos. E, depois, fazemos o seguinte: Chegamos aqui e dizemos: Este Executivo anuncia quase um milhão de euros em Contingentes. E que só aparecer aqui 100.000,00 euros. Então, eu digo aqui e só vou a um item de 2020: Ações administrativas de despesas irregulares de 2013 – 324.000,00 euros. Só este item supera os 100.000,00 euros.

Ó Professor Borges, se somar isto tudo e não vou maçar as pessoas que aqui estão. Logo o primeiro item – 22.000,00 euros + 124.000,00 euros + 14.000,00 euros + 25.000,00 euros + 58.000,00 euros + 59.000,00 euros + 6.000,00 euros. Ou seja, estamos a não fazer bem as contas. Não estamos a fazer bem as contas. Chegamos aqui e disparamos. São 100.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, gostava que não houvesse intervenções. Senhor Deputado, pode chegar aqui, ou pode-se inscrever no final.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Portanto, não estejamos aqui a dizer aquilo que não é. São Contingentes, ou não são? São Contingentes, ou não são?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não, com diálogo, não vamos a lado nenhum. Quer-se voltar a inscrever depois no final?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Então, explicou-se, se calhar, mal. Ou eu entendi mal. Se entendi mal, peço imensa desculpa. Também o digo. Mas, de qualquer maneira, os Contingentes são esses. E foi, porque é assim: Uma coisa é dizer que o Executivo se referiu a um milhão de euros. Mas não se referiu a um milhão de euros no período que está a elencar. Portanto, também tem que falar sobre esse período. Correto? Um milhão de euros referidos. Imagine, referiu a dívida de Portugal há 50 anos. Não digo que só nos referimos há 2 anos. É diferente. Pronto.

Depois, em termos de despesas de 1,00 euros, ó Senhor Deputado Augusto, sobre a Ponte das Caldas da Felgueira. Eu vou relembrá-lo, se calhar não estava cá, mas posso relembrá-lo que aqui, há cerca de 3 anos, o Senhor Presidente da Câmara, na altura, ficou surpreendido, ficou surpreendido e podemos ir buscar a ata, que herdou uma Ponte de 1898. Nem ele sabia que a Ponte das Caldas da Felgueira pertencia ao Concelho de Nelas, depois de ter alertado que havia um problema, ou um pseudoproblema de estrutura.

Então, nós, aqui autorizámos e dissemos-lhe: Senhor Presidente, faça uma vistoria à Ponte, etc., etc. E, eu próprio, passadas duas Assembleias, lhe perguntei: Senhor Presidente, quanto ao estudo da Ponte das Caldas da Felgueira, onde, inclusivamente, foi uma análise subaquática, o que é que diz a esta Assembleia? Senhor Deputado, esteja tranquilo que o estudo

revelou que a Ponte estava nas devidas condições. Não. O Tabuleiro é outra coisa. É outra coisa. Estrutura de fundações da Ponte, é assim: Se me vai dizer que ali fora, ou que aqui chove há cerca de 18 anos, quer dizer, não vai cair, mas chove aqui. É como um buraco na estrada. A estrada não vai aluir, mas tem um buraco.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, agradecia que concluísse.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- É diferente. Portanto, este 1,00 euro está cá se houver, realmente, algum problema mais grave, que, segundo sabemos do anterior Executivo, o relatório diz que não há problema nenhum. É isso que eu só quero esclarecer. E quero relembrar esta Assembleia que se pode dizer: Aquilo está a cair. Mas, não. Não, não, mas foi aqui dito e há que esclarecer, tanto os Senhores Deputados, como o Público, dessa situação. Está bem?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, para um esclarecimento complementar, dava a palavra, outra vez, ao Senhor Deputado António Borges. Espero que seja breve Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Muito breve.

Então sobre as Despesas Contingentes, apareceu-nos cá um valor de 324.000,00 euros, que é muito superior aos 100.000,00 euros que eu disse. Só que isto são: Ação administrativa das despesas irregulares de 2013. E, eu, aos 2.333.000,00 euros que na última Informação do Senhor Presidente da Câmara, recebemos há 2 dias, se retirarmos os cerca de 800.000,00 euros que vêm de 2013, onde estarão esses 324.000,00 euros, ainda sobra 1.500.000,00 euros, aproximadamente. Não é? E, desses 1.500.000,00 euros, é que eu tenho aqui só 15 ações que têm os valores de: 19.000,00 euros, 35.000,00 euros, 24.000,00 euros, 17.000,00 euros, 11.000,00 euros, 11.000,00 euros, 1.000,00 euros, 13.000,00 euros, 120,00 euros, 150,00 euros, 24.000,00 euros e 300,00 euros, 24.000,00 euros de coima? É uma coima de água. É capaz. E 300,00 euros e 150,00 euros, 39.000,00 euros é capaz de ultrapassar um bocadito os 100.000,00 euros, mas não há-de ser muito. Eu também não os somei. Foi a olho. Portanto, isso, foi aí que estava a questão. Eu só estou a falar das de 2013. Os outros, eu tirei aos 2.333.000,00 euros, tirei-lhe os 800.000,00 euros. Portanto, faltam aqui a relação de muitas despesas que deveriam estar aqui porque elas constaram nas Contas e têm que constar sempre neste relatório.

Quanto à Ponte, quanto à Ponte, a questão, na altura e continua a ser, a Ponte, estruturalmente, não tem deficiências. Foi verificado e estava em condições. A nível de tabuleiro precisava, de facto, de alguma intervenção. E houve um projeto nesse sentido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhoras e Senhores Deputados.

É a segunda vez que eu venho aqui à tribuna, mas não queria voltar aqui mais. E só venho mais aqui hoje por causa do Orçamento e do Plano de Atividades.

Eu, como nota introdutória, gostaria de referir às Senhoras e aos Senhores Deputados que ando desde junho a pedir um projeto de Orçamento. Há mais de um mês, há cerca de um mês, voltei a falar com a pessoa que estaria encarregada de o elaborar e ela disse-me: Está quase. O que é certo é que o Orçamento nunca me foi apresentado para dar qualquer sugestão. E sou confrontado com esta situação.

Também há cerca de um mês, ou 15 dias, falei com um Senhor Vereador e disse-lhe: Cuidado com o Orçamento. Cuidado com o Orçamento porque nós temos um Orçamento de 22 milhões de euros e como puderam verificar na Conta de Gerência, que aprovámos aqui em abril, a

execução das receitas não passou dos 68%. E das despesas, de 64%. Portanto, isto é complicado. Tem muita responsabilidade porque a execução de um Orçamento abaixo de 85% implica comunicação à DGAL.

Senhor Deputado, não lhe pedi informação nenhuma, até ver. Muito obrigado. Não me interrompa, faz favor. Sou o Presidente da Assembleia e Deputado também.

Ora bem, e em face disto, a resposta que me é dada é assim: Não, este ano não são 22 milhões de euros. São 26 milhões de euros, ainda passa.

Pois eu desejo muita sorte ao Executivo que consiga cobrar estas receitas de 26 milhões de euros e que faça estas despesas de 26 milhões de euros. Era excelente para o Concelho. E que tivesse uma Execução Orçamental de 100%.

E é por isso que eu vou já dizer, previamente, que este não é o meu Orçamento. Se eu pudesse teria elaborado um Orçamento diferente. Também não acredito que seja um Orçamento dos Senhores Presidentes de Junta. Eu não acredito que com este Orçamento seja feita a Urbanização dos Prados, em Vilar Seco. Ou que seja feita a Requalificação da Casa da Cultura, em Canas de Senhorim. Ou que sejam concluídas as obras em Vila Ruiva do tal Centro Social, ou Lar de Terceira Idade. Não acredito em nada disso. Por uma razão: é que este Orçamento, além de ter mais 4 milhões de euros do que o do ano passado, as despesas correntes sobem de 9.900.000,00 euros para 13.000.000,00 euros.

Isto não é bom. As despesas correntes nunca são produtivas. Despesas boas são as de Capital. Eu não sei onde é que o Executivo vai arranjar dinheiro para cumprir este Orçamento.

Queria apenas referir aqui duas pequenas notas do Relatório. Eu não vou analisar o Orçamento em si. Isso compete aos Senhores Presidentes de Junta para ver se, de facto, estão, ou não estão contempladas as obras que se comprometeram a executar para as vossas populações.

Os Senhores Deputados e Presidentes de Junta é que têm que analisar isso. Eu só quero dizer aqui, na apresentação deste Relatório que diz assim: É um instrumento com objetivos políticos assumidos com os Órgãos Eleitos do Município. O meu não. Que eu saiba, o meu Órgão não assumiu esta responsabilidade, ter um Orçamento de 26 milhões de euros.

E, mais, às tantas diz aqui assim que é um Orçamento ambicioso. Se calhar, até é. Não sei se é. Estamos para ver depois quando analisarmos a Conta de Gerência em 2024, em abril. Vamos ver qual é a execução orçamental.

E, depois, diz mais: Enquadramento Orçamental: No Orçamento e nas Grandes Opções do Plano foram auscultadas as Juntas de Freguesia. Oxalá que sejam ou que tivessem sido e também as Forças Políticas representadas nos Órgãos Autárquicos. Eu, naturalmente, não fui. Também não sou nenhuma Força Política. Não estou inscrito em Partido nenhum. E, naturalmente, foi por isso que ninguém me convocou para, rigorosamente, nada. Se calhar foram os Senhores Deputados todos do Partido Socialista. Foi o Senhor João Paulo. E foi toda a gente da Coligação. E eu fiquei de fora.

E depois diz assim: Este Orçamento é ambicioso. Tem duas obras fundamentais para o Concelho. Uma delas é a Área de Acolhimento Empresarial e a outra é a Água para Reutilização Para Fins Industriais. Aqui vão-se gastar mais de 7 milhões de euros. Diz aqui. Onde é que está o dinheiro? Não sei com que receitas, pois as transferências do Fundo de Equilibrio Financeiro não passam de 7 milhões de euros. Se temos 7 milhões de euros quase para salários, onde é que vamos buscar este dinheiro?

Eu já ouvi aqui falar numa ata, que é a última, a 24, a ata n.º 24, eu não sei se os Senhores Deputados a lêem. Mas diz lá que até podemos recorrer a um empréstimo através do BEI, altamente vantajoso. Ora bem, um empréstimo altamente vantajoso nunca vi. Um empréstimo trás sempre prejuízo para quem contrai. Os Senhores Deputados têm experiência própria de que

quando contraem um empréstimo para comprar uma casa pagam duas casas. Não tenham dúvidas nenhumas.

Agora, eu não sei, aconselhava os Senhores Deputados a lerem a ata n.º 14, quanto à Área de Acolhimento Empresarial. Parece-me que aqui a Autarquia propõe-se gastar 4 milhões de euros em benefício de privados porque depois eles é que ficam com os lotes. Parece que a Câmara fica lá com um buraco a 6, 8 metros de profundidade, para onde ninguém quer ir. E, se alguém se quiser instalar vai comprar aos privados. E nós pagamos a estrada. É o que diz aqui na ata n.º 14 da Câmara Municipal.

Quanto à Reutilização da Água, estou contra, naturalmente. Não é que eu esteja contra a obra em si. É contra o financiamento da obra. Vamos lá ver: Eu recordo-me que nós temos aqui uma indústria aqui a 4 kms, que é a SIAF que foi buscar a água à Barragem de Fagilde a expensas próprias, água não tratada. Nós, agora, temos que lha levar lá. Isto é: Esta Requalificação da Água, de que eu nunca ouvi falar na campanha eleitoral, nem consta do Programa apresentado pela Coligação para os 4 anos, agora aparece aqui como sendo a coisa mais elevada do mundo. Não é.

Vamos gastar, à quarta tentativa, porque só ao quarto Aviso, apareceu a empresa Omatapalo, seja lá quem for. Muito obrigado Senhor Presidente pela correção, que quer fazer a obra por 3.100.000,00 euros. Ora bem, 3.100.000,00 euros? Nenhum dos Senhores Deputados ganha numa vida toda de trabalho meio milhão de euros. Não ganham. Façam as contas. Mas, nós, aqui, para levar a água a dois privados, vamos gastar 3 milhões de euros sem IVA e sem Trabalhos a Mais. Não concordo com este Orçamento.

Vou falar sobre a última coisa do Orçamento. O Senhor Presidente da Câmara, na sua Informação, não juntou as Despesas Contingentes. Faz apenas uma referência. Diz que são 2.333.000,00 euros de Despesas Contingentes. Eu não ponho em causa o valor. Não estou aqui como o Partido Socialista a dizer que desconta isto e mais aquilo. Não, não ponho isso em causa. O que eu ponho em causa é que nunca é apresentada e é, obrigatoriamente, pela Lei n.º 75/2013 e pelo Regimento, no artigo segundo que também diz que é obrigatório apresentar a relação dos processos judiciais em curso e do seu estado.

Eles não estão cá. O Senhor Presidente da Câmara diz o seguinte: Não estão, mas estão no Orçamento. Que desgraça. A relação que aqui está é a mesma do ano passado. Não pode ser. Os Senhores Deputados têm que estar atentos. E têm que dizer que isto é inadmissível. O Senhor Presidente da Câmara tem que recomendar a quem fez o Orçamento que não brinque com esta Assembleia porque apresentou a mesma relação dos processos do ano passado. E não pode ser. A relação é diferente. Eu tenho uma diferente que quis mandar aos Senhores Deputados em setembro e não vos foi enviada. Prometo que, se não for na próxima Informação do Senhor Presidente, eu próprio enviarei a relação atual que me foi facultada em setembro.

Por isso é que eu digo: Não é o meu Orçamento. Naturalmente, não terá o meu voto favorável. Mas cada um cava a sepultura que quer. Acho que começaram a cavar a vossa.

Então, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entender convenientes.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Dizer que a condução foi feita desta maneira. Eventualmente, faria sentido a apresentação do Orçamento e depois as questões colocadas para agora evitar estar a falar de uma coisa que, entretanto, já foram colocadas as questões.

O que me deixa aqui numa posição que, ou começo pela apresentação do que é o Orçamento, ou pelas questões que foram colocadas. E, nessa arbitrariedade, então vou começar, digamos, pelas questões que foram colocadas e depois tentar ir ao Orçamento.

No que concerne às questões colocadas pelo Senhor Deputado João Paulo, dizer que o que referiu sobre as confeções das refeições escolares são uma atribuição dos Agrupamentos e que não são todas feitas com fornecimento. O fornecimento que é feito é ao nível do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo, já há muitos anos. É uma candidatura que decorre, à semelhança do que acontece um pouco por todo o lado e que acontecia e que acontece. Em termos de Ensino do Terceiro Ciclo e do Secundário, já há muitos anos que o Agrupamento de Escolas de Nelas concessionou o fornecimento de refeições. E o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim continua a fazer as próprias confeções.

O que quer dizer o quê? Quer dizer que, no que concerne às refeições escolares, na delegação de competências, o Município só passou a ter alguma palavra a ter, no âmbito da delegação de competências, a partir de abril deste ano. Sendo certo que, tanto um Agrupamento, como o outro, disseram-me que preferiam manter o modelo como tinham até agora e neste ano de transição foi esse que foi mantido.

No que concerne às refeições do 1.º Ciclo e do Pré-Escolar, dizer-lhe que não é exequível, eventualmente, fazer isso com a qualidade que permita qualquer Escola, das nossas inúmeras Escolas do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, dando a resposta com refeições em simultâneo e, portanto, essa forma de funcionar, nós não temos nenhuma objeção quanto a isso.

No que concerne à delegação de competências sobre os Encargos do Pessoal, dizer ao Senhor Deputado que houve, no âmbito da delegação de competências, uma das questões era a transferência do Quadro de Pessoal, que passou para a Autarquia e que mês após mês, excetuando um, como quase exceção, tem sido menor, também já aqui falámos isso várias vezes, mas é bom dizer às vezes, duas e três vezes até que, eventualmente, isso fique perdurado. Nós, neste momento, temos uma deficit de cerca de 60.000,00 euros, mais de 60.000,00 euros, do que aquilo que devíamos receber, do Quadro e do que, realmente, temos que pagar. Ou seja, nós não podemos só, pelo simples facto de não termos recebido, deixar de pagar aos Funcionários. Neste momento, a Autarquia tem um deficit, por parte da DGESTE, de 70.000,00 euros.

Na Requalificação do Parque Escolar, que era necessário, conforme falou o Senhor Deputado, dizer-lhe que na explanação anterior nós tínhamos falado, precisamente, isso. Falámos na questão de estar em aberto o PT 2030 e da Requalificação das Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim, que tinha que ser reprogramada e que tinha que ser a questão do Projeto da Eficiência Energética consignado. E falámos também que uma das prioridades da candidatura no PT 2030 era nesse âmbito. Portanto, Senhor Deputado, nas questões que colocou, até julgo que as coisas estão a ser feitas. Respeito, naturalmente, a sua opinião e o seu voto, nem é isso, longe disso, é o seu voto, tem direito a ele. E, portanto, era só para fazer estes esclarecimentos que eu julgo que são importantes.

No que concerne ao Professor António Borges, dizer que um, começar por um Orçamento que vem na linha anterior. Já vi que leu a declaração de voto. Dizer-lhe duas coisas, ou três, que são importantes. Em termos de Orçamento era depois bom ver no que está plasmado nas Grandes Opções do Plano desde a parte da Administração Central e no que está lá também de inovador, na Proteção Civil, na Aquisição de Equipamentos para a Proteção Civil, no Ensino não Superior e na Requalificação das Escolas que nós falámos que não estavam cá, na questão do Serviço dos Auxiliares de Ensino, nomeadamente no que são os componentes dos apoios que são dados, na parte da Ação Social, nas Bolsas, nos subsídios de refeições, nos transportes que ainda hoje também vem aqui, na habitação, na Estratégia Local de Habitação.00

Ó Professor Borges, eu não sei, sinceramente, disse que a comparticipação era de 100%. Eu não sei se está a ouvir, Professor Borges. Não, não, não há problema nenhum. Era só porque esta parte é importante. O Professor Borges tinha dito que tinha sido, com o IHRU, consignado

um Protocolo que apoiava a 100%, digamos assim, as candidaturas. Eu vou só dizer ao Senhor Deputado que foi feito, previa o documento, a submissão de 55 candidaturas, num montante de investimento de 4.570.000,00 euros, distribuindo-se ao longo dos anos de 2021, 2022, 2023, 2024, em vários montantes. Deste valor, 2.796.856,00 euros seriam comparticipados a fundo perdido, 1.773.140,00,00 euros corresponderiam a um empréstimo bonificado e 213.000,00 euros de capitais próprios.

Portanto, Professor Borges, o que nós estamos a falar é de capitais próprios. Entre o que é o capital próprio e a linha bonificada são 2.450.000,00 euros. Portanto, de todo, não é 100%. Será pouco mais de 50%. E foi por causa disso que com a oportunidade que houve. Ó Professor, não é nada a 100%. O investimento total são 4.570.000,00 euros. O documento está aqui. Posso-lho facultar. Isto é o 1.º Direito. Nós estamos a falar de um Projeto. Nós não podemos inflacionar o que está protocolado. O que está protocolado é um investimento total, que são 55 candidaturas. Um investimento total de 4.570.000,00 euros. E destes 4.570.000,00 euros só são comparticipados a fundo perdido 2.796.000,00 euros. O que quer dizer que é um 60/40, não é 100%, 100% é, Professor Borges, o PRR. E, por isso é que nós fizemos a candidatura para o PRR. E, portanto, julgo que em termos de gestão do que são os interesses do erário público, o erário público não ficará defraudado de forma alguma.

Na questão do ordenamento do território, também lá estão consignados vários projetos que não têm nada a ver com o que se apregoa de continuidade. E estão lá. Vão lá às Grandes Opções do Plano, página 9, página 10 e página 11. Na questão do saneamento. E já lá voltamos. No abastecimento de água. Nos resíduos sólidos. No Desporto e Recreio. Na proteção do Meio Ambiente. Nos transportes rodoviários. Na Agricultura. Na Indústria e Energia. Nas transferências da Administração Central. No Comércio e Turismo. Entre outros. E, em particular, se calhar, no que mais releva e foi falado aqui uma questão que é capaz de ser ainda mais relevante.

Nós já aqui falámos, é bem verdade que o Orçamento tem sido restritivo. Nós dissemos isso e mantivemos a quantidade de faturação, nos primeiros 5 meses, foi um volume muito exagerado e exacerbado. E condicionou e de que maneira, o Orçamento e o investimento feito. Houve necessidade de uma primeira intervenção para estancar o que era a despesa. E, num segundo patamar, para tentar estabilizar, para ir ao encontro do que são as Linhas Programáticas e os anseios dos Presidentes de Junta. Foi feita reunião com os Senhores Presidentes de Junta.

O ano de 2023 não será melhor do que o ano de 2022 na conjuntura global. Estamos a falar de taxas de inflação elevadas. Estamos a falar de atualizações de valores de consumos energéticos também muito elevados. Estamos a falar, provavelmente, de crises sociais, nomeadamente, do que concerne a empregos e a taxas de desemprego, eventualmente, a crescer e com uma curva apertada. No que decorreu com o que são os Representantes dos territórios e bem, do Município, as Juntas de Freguesia, o que foi solicitado é para haver uma tipologia do que seriam os investimentos prioritários com estes condicionalismos para 2023 e repercuti-los, de alguma maneira, também durante o mandato, com estes constrangimentos.

Deixem-me dizer que o que ficou registado e estão aqui consignados, os Senhores Presidentes podem, perfeitamente, atestar isso, os Senhores Presidentes de Junta e, de alguma forma, já respondo também à questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia. Com os Senhores Presidentes de Junta contratualizámos, digamos assim, para o ano 2023 consta e está cá, devidamente, plasmado, no Orçamento, nas Grandes Opções do Plano para 2023.

Dizer ainda também ao Professor Borges que a questão da Venda de Bens e Serviços, falou na Aquisição de Bens e Serviços. Na Aquisição de Bens e Serviços estão, entre outros, a Iluminação Pública, os Encargos com a Eletricidade com as Instalações Municipais e os Combustíveis. E, de facto, aí está a diferença grande de 3,9 milhões de euros para 5,1 milhões de

euros. E aí fez bem a questão de comparar Orçamento com Orçamento. Não se pode comparar um Orçamento com o Relatório, como falou, desculpe lá, na comparação que fez com a água, mas já lá vamos. Relatórios comparam-se com Relatórios. Orçamentos comparam-se com Orçamentos. Porque, senão, estamos a desvirtuar o que é a leitura correta. E estou a falar com uma pessoa que, ainda por cima, é do ramo da Matemática e, portanto, ou se mensuram os dois corpos iguais, ou não de todo.

E, isto, para dizer o quê? O que nós estamos a falar aqui é assim: Temos um custo, um aumento de iluminação pública, decorrente do que é a fatura energética de 555.000,00 euros. É um aumento grande que há, mas a iluminação pública aumentou extraordinariamente. Mas há também, nesta questão da iluminação pública, no que é a preparação do Executivo do que acha que deve ser a linha orientadora, falámos há pouco nisso, na prioridade que é no Quadro Comunitário, no PT 2030, na Eficiência Energética. Nós, na Eficiência Energética, tudo o que tem a ver com equipamentos públicos, sejam as Escolas, que agora vieram também, a Escola Dr. Fortunato de Almeida, as Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim, passam a ser equipamentos também para os próprios Municípios. Hão-de vir as Unidades de Saúde Familiar. E, portanto, todos os equipamentos que existem têm consumos energéticos. A fatura energética é cada vez maior. E uma das linhas prioritárias, acabámos de o dizer, é a Eficiência Energética.

Achamos nós que a questão relacionada com a aposta no fotovoltaico vai permitir e de que maneira, reduzia a fatura energética e poupar encargos como estes que estamos a falar e outros, para libertar para investimento. Eu acho que é, claramente, uma parte onde se deve, o Executivo alcandorar para conseguir em termos de projetos futuros.

Dizer também sobre a questão do aumento da fatura da água e da atualização, ó Professor Borges, peço-lhe desculpa, misturar o que é um Orçamento do que é um Relatório, não é, propriamente, a mesma coisa. E, depois também dizer-lhe e o Professor sabe isso porque apetecia-me fazer-lhe a pergunta onde é que estava o Senhor Deputado em 2018, porque o Senhor Deputado, em 2018, era Presidente da Assembleia Municipal e sabia bem que foi assinado um documento onde o Município se obrigava a cumprir um conjunto de pressupostos que viabilizaram a aprovação do Orçamento do Ciclo Urbano da Água, vulgo ETAR,s e o reservatório. E, portanto, a APR, tudo isto, candidaturas que foram feitas e que está consignado, está no documento. Se não for feita a taxa de recuperação nos 90% até 2023 a Autarquia é obrigada a devolver 5,5 milhões de euros da comparticipação de Fundos de Coesão, 5,5 milhões de euros.

E, isto, não se sabe de agora. Sabe-se desde 2016, que era o que estava na abertura do contrato e sabe-se em 2018 que é o que foi a declaração de honra que o Município se responsabilizava a fazer um grau de recuperação dos 90%, que estava bem abaixo disso e que nunca foi feito e que também já se falou no passado.

Dizer que os Membros da Coligação, em sede de reunião de Câmara e de Vereação, já dantes foram alertando para uma necessidade de fazer, de ir no âmbito das recomendações da ERSAR, que era fazer o aumento, a atualização paulatina dos valores da água. E isso não foi feito. Ao não ser feito, obriga a que até 2023, se não foi feita de uma forma gradual, é de uma forma agressiva. Cá voltaremos, em fevereiro de 2023, para falar sobre isso, o documento está em consulta pública, para falarmos também só sobre isto. Mas, já que invocou isto, obviamente, falta deixar isso bem claro.

Não deixa de ser um paradoxo de que quem fez a candidatura, sabia os termos que era preciso cumprir, não os cumpriu, apesar das recomendações, fique agora, gloriosamente, ou paradoxalmente, contra uma própria atualização que assinou e sufragou e que assinou. Há um documento onde se assina, onde se compromete a cumprir os 90% sob pena de perdermos 5,5 milhões de euros, devolvê-los.

E quem, curiosamente, andou sempre a avisar, a alertar, a recomendar para que fosse feito isso para não ter o impacto tão grande, seja agora quem tem que fazer a atualização obrigatória para não ter que o Município devolver 5,5 milhões de euros. Não deixa de ser curioso. Mas falamos muito em coerência, em responsabilização. Mas, depois, às vezes, a bota não bate com a perdigota.

E, portanto, no que concerne aos projetos de obras, quer a APR, de não existir projetos de obras e indo também um pouco ao encontro do que se falou de não haver novos investimentos. É dizer que o facto dos 26 milhões de euros não é o facto de haver mais investimento. É o fim de um Quadro Comunitário e o fim dos Quadros Comunitários, como nós todos sabemos, é a consolidação do que está estipulado nas candidaturas e não se pode fugir a isso. Portanto, não há aqui, não se descobriu por passos de magia uma verba acrescida de receita de investimento porque o que há é um fecho de um Quadro Comunitário que tem que ser concluído, este Quadro Comunitário tem que ser concluído até 2023. E é disso que nós estamos a falar. É um fecho de um Quadro Comunitário. Esse fecho de um Quadro Comunitário tem, indelevelmente, ligado aqui a questão da APR, da parte da reutilização das águas residuais para fins industriais.

Este projeto, nós já falámos dele e voltaremos a falar dele novamente na reunião de fevereiro porque teremos que trazer cá à Assembleia Municipal a questão do tarifário e dos regulamentos das taxas associadas. Independentemente disso, é o seguinte: O projeto da reutilização da água mereceu um amplo consenso no anterior mandato, independentemente do que é, é a aceção, isto, nós não podemos pensar todos da mesma maneira, mas eu votei favoravelmente porque acho, rigorosamente, o mesmo agora do que achava na altura. Acho que é um projeto estruturante e decisivo para o Concelho. E estruturante e decisivo para o Concelho porque tem a ver com uma questão que tem a ver com um bem escasso que é a água.

Nós, a água, cada vez mais, é um bem finito, agora, nestes tempos, temos tido a bênção de sermos bafejados com quantidades apreciáveis, mas nós já sabemos o que é que custa em termos de verão. E nós não nos podemos dissociar de uma coisa que é o nosso património industrial. Nós somos um Concelho, fortemente, industrializado. E, portanto, nós temos que coabitar do que é a gestão dos recursos do Município e o seu interesse também. Portanto, para haver população, para haver fixação da população, para pedirmos para termos uma captação mais de habitantes e fixação dos Jovens, temos que ter valor, gerar riqueza, ter postos de trabalho, para as pessoas se fixarem cá. E, portanto, uma coisa não está dissociada da outra.

As grandes empresas, o modelo mais ideal seria de pequenas e médias empresas por causa da volatilidade porque, se encerrassem algumas, as outras poderiam absorver, mas é o modelo que nós temos. É um modelo misto. Mas há um modelo também de grandes empresas. E este modelo de grandes empresas tem uma questão incontornável. Não é só duas empresas. É as que estão cá e as outras. Há duas empresas que são mais significativas no valor. Estamos a falar na ordem dos 40%, ou 45%, do que é o consumo doméstico. É uma fatura muito elevada. É, de facto, muito elevada. Mas para nós conseguirmos desonerá-la e libertá-la para a população, quando a água será cada vez mais escassa, temos que arranjar que a água funcione em sistema sustentável.

Para isso é que este projeto de reutilização da água se torna decisivo. Torna-se decisivo porque a água funciona em escala. Ou seja, a parte industrial desonera estes 40% a 45% e liberta-o para o consumo doméstico como tem que ser. Ao fazer isto, a água sai do sistema e entra diretamente para fins industriais. Por isso é que é APR, que é o aproveitamento das águas residuais para fins industriais. Não é um processo simples. Não estamos a falar numa altura, numa conjuntura ideal porque neste momento, neste processo pós COVID-19, muitos dos projetos que eram dos Municípios acabaram por ficar parados e há esta obrigatoriedade de acelerar para cumprir o Quadro Comunitário do PT 2020, para o encerrar. O que faz com que a Lei da Procura

tenha mudado substancialmente. Agora são os empreiteiros que escolhem o que querem. E esta empreitada foi nesse sentido. É uma empreitada que é um risco assumido. Pode ser concretizada, ou não, por causa de questões que também têm a ver com as questões dos próprios financiamentos.

E, isto tem a ver com o quê? O financiamento inicial de 1.600.000,00 euros, grosso modo, tinha uma comparticipação de 890.000,00 euros e o remanescente era comparticipação de fundos próprios, da Câmara. O valor para que foi projetado e estamos a falar já de 3.100.000,00 euros, como já falámos de valores com IVA, faz sentido se houvesse um acompanhamento por parte da comparticipação do PO SEUR e isso, não tendo ficado, completamente, esclarecido, foi feita uma exposição pela Autarquia, pelo Executivo, foi feita uma reunião só para esse efeito em termos de Câmara e houve sintonia dos sete Elementos que a compõem, como um projeto estruturante e no sentido de haver um apoio do Fundo Ambiental e da APA para apoiar, digamos assim, este alavancar do que era um projeto de 1.600.000,00 euros para um projeto de ia quase no dobro.

Havia um compromisso, que convém que fique, devidamente, validado, de um apoio em cerca de 1 milhão de euros em termos de Fundo Ambiental/APA, o que faria com que o investimento passasse a ter uma comparticipação, grosso modo, de quase 2 milhões de euros e teria um investimento de 1 milhão de euros, ou de 1.100.000,00 euros do Município. Não deixa de ser um aumento, comparativamente ao que era. Mas tendo em consideração o que está também feito o estudo, que é a questão da requalificação, do reaproveitamento da água, a questão do aliviar da pressão do consumo doméstico, as questões, cada vez mais estudadas e sabidas por todos, das alterações climáticas e dos impactos que têm, conseguirmos, desta maneira, julgamos nós, salvaguardado o que é o interesse das populações, em primeira instância, como é óbvio, mas a salvaguarda de postos de trabalho e que a indústria possa funcionar e criar emprego.

E, portanto, este Projeto não nos causa a nós qualquer ambiguidade, ou dúvida. Não é um Projeto novo, mas também gostaríamos de termos sido nós a apresentá-lo. Já existia. Mas, perfeitamente identificados com o que lhe subjaz, que é esta questão. Obviamente, não se podem cometer loucuras. Se não houver a confirmação da comparticipação que foi prometida, obviamente que um Executivo responsável, a única possibilidade que tem para fazer é que, se essa comparticipação não for assegurada, é pegar no Projeto e alavancá-lo para o novo Quadro Comunitário, que até lá tem a rubrica também do Ciclo Urbano da Água, para o PT 2030. Isso, parece-me claro.

Agora, este custo, este investimento, tem retornos grandes até pelo que nós estamos a falar, que é essa água, depois é vendida ao tecido empresarial. E, portanto, o Município vai arrecadar a receita da água que anda em círculo, não total, não líquida, porque há os produtos químicos à necessária desumidificação do que são das águas residuais, mas o Município, até no estudo que está feito, tem contrapartidas até porque o próprio Projeto teve uma diminuição da comparticipação da taxa forfetária porque implica um proveito. Ou seja, o Município tem um proveito com este investimento. E o estudo, mesmo com os responsáveis empresariais, em particular das duas empresas mais, diretamente, que seriam servidas por este investimento, apontam para uma recuperação do investimento entre 8 a 10 anos. Portanto, seria um investimento, perfeitamente, relevante para o nosso Concelho.

Por isso, Senhor Professor, quando falou dos 12 milhões de euros deste ano e que no próximo ano há 2 milhões de euros, não há. Não é essa a questão. Está aberto o Quadro. Há projetos que estão já em execução, como está lá no próprio Orçamento, o da Estratégia de Habitação Local. Há a questão de ficar consignado, ou devidamente, consignado no PRR. Há a questão da Requalificação do Centro Histórico de Santar. E há, em particular, todo um Quadro

Comunitário que vem aí. Um Quadro Comunitário do PT 2030. E um Quadro Comunitário do PRR que não abriu ainda mais de 50% do que eram as suas linhas de financiamento onde possa haver até financiamento até 100% e onde, entre outros, quer na Estratégia de Habitação Local, quer na questão dos Centros de Saúde, acabámos por encaixá-los lá e ser muito mais rentável, financeiramente, para a Autarquia.

No que concerne àquele hiato das Despesas Contingentes, eu acho que o Professor Borges estava a falar do que eram os valores de 2013 e depois, para a atualidade, haver só aquele valor. Acho que foi isso que eu depreendi. Portanto, o que nós estamos a falar é assim: É claro que os valores de 2013 estão cá, grosso modo, plasmados também os cerca de 800.000,00 euros. O que há, o remanescente, nós já aqui falámos e falámos até aqui na Assembleia, tem a ver com as despesas que foram para a Sindicância. Sim. Sim. Mas que, em termos de Orçamento, como estão em Sindicância não contam. Mas contam em termos do que o Relatório dos Revisores Oficiais de Contas. E já veio aqui a esta Assembleia o próprio Relatório dos Revisores Oficiais de Contas dizia, relativamente à rubrica de Outras Provisões verificou-se no Exercício, atual, um aumento no montante líquido de 1.317.779,00 euros, na página 15. Isto, para dizer o quê? Isto veio no Relatório de Contas dos ROC,s. Portanto, é esse o valor que estamos aqui a falar.

Sobre as outras questões, nomeadamente, o Quadro Comunitário do PRR, julgo que, de alguma forma, também já falámos sobre essa questão.

E, no que concerne ao Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, 1,00 euro para a Requalificação da Ponte das Caldas da Felgueira. Nós já falámos aqui sobre isso, mas volto a falar, outra vez, sobre o mesmo. Houve uma candidatura no âmbito de uma questão também do Elsa e Fabien, que abriu uma linha de candidatura no seguimento do que nós falámos, esperemos que também abra uma nova por causa deste inverno, excessivamente, rigoroso que estamos a ter, mas onde previa, no âmbito da candidatura, uma comparticipação de 66%. O que acontece é que no Orçamento a seguir, já com o rubricado, o mesmo passou de 66% para 25%. Nós perguntámos porquê. O que nos disseram foi que tinha a ver com as rubricas do Orçamento de Estado.

E, portanto, o que era uma comparticipação de quase ⅔ passou para uma comparticipação de ¼. O que não quer dizer que a infraestrutura tenha sido esquecida, ou secundarizada. É claro que uma Ponte, qualquer uma Ponte que tenha a ver com a responsabilidade da Autarquia, aquela Ponte não deixa de ser uma coisa curiosa, não separa, mas junta dois Concelhos e dois Distritos ao mesmo tempo. Os Distritos de Viseu e de Coimbra. E os Concelhos de Nelas e de Oliveira de Hospital. E é, de acordo com a informação que existe, quase uma contrapartida do alcatroamento da Estrada Municipal 231-2 e como contrapartida, nós ficámos com a Ponte.

Nós tentámos que as Infraestruturas de Portugal, que acha que é uma obra de arte, e é, as pontes são e nós gostaríamos, mas achámos que deveria ser entregue de uma Ponte daquelas, ainda por cima a servir dois Concelhos, não faz sentido ser responsabilidade do Município. Mas é o que é e a IP, obviamente, não quer ficar com a Ponte. Não invalidando disso, a questão, como disse e bem o Senhor Deputado Rui Costa, não tem a ver com a parte das fundações, com a parte estrutural, digamos assim, que, em princípio, o que diz o Relatório é que não é, para já, uma questão de grande preocupação, embora tenha que ser acompanhada, como é óbvio e há relatórios da IP, da Infraestruturas de Portugal, de acompanhamento, mas era o que estava a falar o Professor Borges, de uma intervenção no que concerne ao tabuleiro.

E, portanto, o que nós estamos aqui a falar é também nessa infraestrutura. Também, obviamente, no Quadro Comunitário haverá e há dotação, ou verba para isso. Obviamente que há tanta coisa sempre para fazer que o que nós façamos hoje, haverá outras coisas para fazer amanhã. Não está em segundo plano, mas é, naturalmente, um novo desafio, uma nova rubrica para continuar.

Sobre a questão dos empréstimos que falou o Senhor Deputado, grosso modo, acho que já falei, que a questão é da APR, que tenho este custo grande. Só a APR, estamos a falar dos 3 milhões de euros e têm que ser consignados os 3 milhões de euros, quer a parte comparticipada, quer a parte não comparticipada e dá este valor também mais relevante.

Do Senhor Deputado Rui Costa, ele explicou e bem a questão da Ponte das Caldas da Felgueira e a questão da água e do saneamento. Na questão da água e do saneamento dizer que o que é comparável e mensurável, em termos de Orçamento, é o que aumentou de 2022 para 2023. A água tem um aumento de 27%, de 900.000,00 euros para 1.225.000,00 euros, de 2022 para 2023. O saneamento tem um aumento de 550.000,00 euros para 875.000,00 euros, um aumento de cerca de 37%, E os resíduos sólidos passam de 525.000,00 euros para cerca de 850.000,00 euros, um aumento de 40%. Grosso modo, um aumento médio de 35%.

Mas, já que estamos a falar neste aumento convém vermos porquê. Este aumento é repercutido na questão do grau de recuperação de custos. O grau de recuperação de custos é um Orçamento de 2023 que já tem consignado, que já tem que ver repercutido o que vai ser a arrecadação e a atualização para os 90% do grau de recuperação de custos. E tendo essa atenção é que no Orçamento lá está. Nada mais do que isto. Não há, não julgo eu, não julgamos nós, que haja qualquer dúvida quanto a isso. E são estas questões da água que deixamos então para fazer. Acho que teremos uma Assembleia inteira para falar sobre isso. Vai vir o tarifário, o regulamento, os regulamentos. E, portanto, teremos toda a oportunidade para discutir sobre essa questão.

No Senhor Presidente, no que falou, portanto, das Despesas Contingentes, do valor, havia, além destas, naturalmente, as que estão em Sindicância, como nós já referenciámos. Os 26 milhões de euros não é um aumento de 22 milhões de euros para 26 milhões de euros. O que nós estamos a falar aqui é aquilo que já falámos, ou reforçando a ideia. Tem a ver com o fecho, grande parte, de um Quadro Comunitário. E, portanto, no último ano do Quadro Comunitário tem que ficar executado, física e financeiramente. E, portanto, é natural que no último ano dos Quadros Comunitários haja este acumular, digamos assim, do que é as Despesas de Capital.

Na questão dos Senhores Presidentes da Junta, julgo que já referimos isso. Obviamente que não é, se aos Senhores Presidentes de Junta fosse a perguntar se este é o Orçamento onde se revêem, onde gostariam, obviamente diriam que não. Quereriam isto e muito mais. E era justo. E era sentido. E era da maior relevância que isso acontecesse.

Mas, deixem-me também fazer essa ressalva e esse agradecimento também. Agradecer aos Senhores Presidente de Junta, que têm que depois, no seu dia-a-dia também ouvir as populações que têm situações para resolver. Com a questão, agora, deste inverno mais rigoroso e das chuvas, o agravamento dos nossos passeios, sim, das nossas redes viárias, sim e que são eles que têm que ouvir, constantemente, as coisas. E agradecer-lhes, penhoradamente. Deixo esse agradecimento e a compreensão que tiveram, que, apesar destas dificuldades e destes condicionalismos, disseram: Muito bem. Então priorize isso. Mas é para fazer. Que é o compromisso que o Executivo tem com as Juntas de Freguesia que está aqui, devidamente, plasmado. E que este Executivo, faz sentido, mesmo num ano de dificuldades acrescidas e de curva apertada e de uma taxa de inflação imensa e de custos energéticos exacerbados e com a abertura de uma nova linha de financiamento PT 2030 e também, inclusivé, do próprio PRR e dar resposta a isto, agradecer aos Senhores Presidentes de Junta e aos Partidos, essa sensibilidade para o ano que atravessamos.

Obviamente que um Orçamento, seja ele qual for, nunca é do agrado de toda a gente. Não temos a veleidade de achar que o seria. Mas faz sentido que digamos duas, ou três coisas, que são importantes. Obviamente que tudo que tinha a ver com despesas que vinham do anterior e de faturação que entrou, de 5 milhões de euros em seis meses nos primeiros seis meses de mandato e

que teve que ser feito o pagamento para não entrarmos em incumprimento e de se priorizar o pagamento aos empresários locais, foi isso que foi feito. E 2023, eventualmente, não chegará. Mas nós também sabemos que tem que haver uma linha de forma a haver também esperança de investimento e que os Senhores Presidentes de Junta também consigam cumprir o que se comprometeram a fazer. E é natural que toda a gente queira sempre fazer mais e melhor.

O Executivo, o que se comprometeu foi fazer este ano, há um compromisso plurianual, digamos assim, acho que é isso que devemos dizer, repercutido pelos 3 anos ainda de mandato, 2023, 2024 e 2025, sendo certo que os compromissos para 2023 que o Executivo assumiu com os Senhores Presidentes de Junta, naturalmente, que será para cumprir. E é importante também vermos uma questão. É assim: Nós, para termos novos investimentos temos que ter financiamento para eles. Se nós temos uma Tesouraria apertada, se nós temos parcos recursos financeiros, mas, simultaneamente, queremos investimento e obra, tem que vir de algum lado. É como a história dos cabritos, não é? E, portanto, isso que vir de algum lado. Vindo de um lado, só pode ser, ou através da contratualização de empréstimo, ou através da linha de financiamento do Fundo de Coesão.

Portanto, se nós estamos com um Quadro ainda a meio, ainda não chegou a meio, do PRR e esse ainda não foi feito e há possibilidade de muito desse financiamento ser a 100%, só sendo custeada a parte do IVA, é, em termos de gestão do erário público, um bom caminho. E este caminho que o Executivo quer trilhar parece-nos o mais correto. Do mesmo modo que está aqui a anunciar no próximo trimestre, no primeiro trimestre do próximo ano, mais uma nova linha de financiamento do PT 2030. E, portanto, é natural que o Executivo tenha que se acautelar no sentido de, se houver janelas de oportunidade de novos investimentos, naturalmente que os fará e estará preparado para o fazer. Não poderá candidatar-se a todas. Terá que fazer opções e essas opções já estavam feitas.

A questão dos gastos, dos 7 milhões de euros, que o Senhor Presidente da Assembleia falou. Os 4 milhões de euros são o valor que já está aprovado. Está contratualizado. Faz parte, não está utilizado ainda, mas já está elencado nas Contas da Câmara, da infraestrutura da Área de Acolhimento Empresarial e esse já lá está. Não é novo. Não é nada de novo. A questão nova que estávamos aqui a falar é no financiamento que já estava subjacente também quando foi aprovado em reunião de Câmara e da Assembleia, o APR, o Projeto de Reutilização de Águas Residuais, também já contemplava o empréstimo.

Portanto, o que nós estamos aqui a falar, a Linha BEI não é que o dinheiro seja mais barato. A Linha BEI o que permite é, por exemplo, nós, com esta questão da inflação vamos ter despesas superiores a 150.000,00 euros só com a variabilidade da taxa da inflação. Já teve repercussão no segundo semestre de 2022 e está aí plasmado. E vai ter repercussões naturais em 2023. O que a Linha BEI consegue é manter uma taxa fixa e inferior que permita que não tenham impacto tão grande em termos de financiamento. Mas também é normal, se calhar, até falar num outro tempo, mas que podemos fazer assim, é o seguinte: Muito, provavelmente, para termos capacidade financeira, a parte de reestruturar a dívida outra vez, é uma questão que terá que ser colocada, eventualmente, em cima da Mesa no próximo ano.

Ao fazer a reestruturação da dívida conseguimos condensá-la, compilá-la e, eventualmente, libertar Tesouraria porque, só dessa maneira, com as linhas de financiamento que há e com essas é que pode obstaculizar não se ter que contratualizar tanto empréstimo. Ainda sobre o empréstimo, nós contratualizámos empréstimos em algumas questões que nós poderíamos achar que faria sentido ser com recurso da Tesouraria do Município, como a Requalificação das Quatro Esquinas em Nelas, ou a Av.ª Joaquim Aguiar, entre outras. E há outras que, se calhar, deveriam ter merecido empréstimo e não tiveram. Podemos falar numa outra oportunidade para não monopolizar muito esta questão, mas os custos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, agradecia que terminasse. Só estamos no ponto n.º 2. São 14.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, sim. Eu sei, Senhor Presidente. Mas, como compreende, foram colocadas muitas questões. É a questão do Orçamento. Eu nem o apresentei, no Orçamento, quais eram as linhas programáticas. Limitei-me a responder às questões que foram colocadas. Mas, com certeza que me comprometo em cinco minutos a concluir a intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Isto, para dizer que, em termos do que é as linhas programáticas, parece-me claro que o que tem a ver com o financiamento de qualquer infraestrutura, nós não podemos querer sol na eira e chuva no nabal. Nós fazemos assim: Não há investimento. Mas, depois queremos investimento. Mas queremos investimento e não queremos empréstimos. E queremos investimento, mas tem que haver parte financeira para conseguirmos contratualizar as empreitadas. Não há outra maneira. E isso só pode ser feito, ou com a poupança, digamos assim, do Município, que não chegará, como é óbvio. Mas ajudará, por um lado. E, por outro lado, com as linhas de financiamento. A linha de financiamento, neste momento, do PRR, parece, tomáramos nós que o PT 2030 fosse igual ao PRR em termos de financiamento a 100%. Era fantástico. Mas não será. Será consoante as obras, com taxas forfetárias, ou não entre os 65% e os 85%.

Para terminar, sobre o que é o Orçamento, em duas, ou três questões que achamos que é importante. Tem a ver, em muito, com o Quadro do Pessoal, que podemos falar depois quando for do Quadro do Pessoal. Nós tínhamos, em termos de FEF, tem havido, desde 2021, uma diminuição significativa e nesta conjetura ainda mais complicado se torna. Nós, de 2021 para 2022, diminuímos o FEF em 580.000,00 euros. E, agora, menos 230.000,00 euros. Comparativamente com o ano passado, não é tanto impacto, mas continuamos em perda em relação a 2021. E que não é uma questão de somenos importância.

No Pessoal, nós falámos aí também sobre o Pessoal, não tem a ver com o Mapa de Recursos, mas tem a ver com os custos, com os custos com a despesa corrente. A despesa corrente, muito desta, tem a ver com o que foi, na delegação de competências, a integração dos Quadros. Estamos a falar de 91 novos Funcionários. É claro que estes Funcionários são pagos através da Administração Central. Portanto. Portanto, nós recebemos a verba e entra e sai. Basicamente, nós somos um Secretariado Contabilístico. E, portanto, o que nós estamos aqui a falar é que, estamos a falar de 1.200.000,00 euros. E é claro que isto tem que vir aqui repercutido. Estão aqui. É 1.200.000,00 euros. Outro também tem a ver com o que o Governo legisla bem, mas não dá a almofada financeira. Foi, em 2022, fazer reposicionamentos remuneratórios, atualizações, porque o Orçamento foi em junho e teve que vir depois com retroativos de janeiro e entrou, novamente, na Contabilidade dos Municípios. E com uma questão que tem a ver com a consolidação de 51 Funcionários, com o impacto que vai ter de 300.000,00 euros em termos de Orçamento. Portanto, é natural que a despesa corrente também tem muito a ver com isto. E vêm aí depois as Contas, estão lá, os valores estão lá, são claros. O aumento da despesa corrente não tem a ver com despesa supérflua. Tem a ver com a integração de Quadros e com o aumento exponencial desses Recursos.

Dizer ainda que muitos dos aumentos, nós estamos a falar da iluminação e do gás que tiveram um aumento de 25%, os combustíveis de mais de 20% e as matérias-primas de 25% e também das empreitadas que aumentaram significativamente. Nós estamos a falar, por exemplo, quer no Centro de Recolha Oficial, que nós, se calhar, numa próxima Assembleia deveríamos

também falar sobre isso. Eu comprometi-me com os cinco minutos com o Senhor Presidente, para não os alongar. Mas o Centro de Recolha Oficial, os custos acrescidos e as exigências decorrentes da mudança pelo ICNF tem sido uma coisa, verdadeiramente, impactante. Estava a tentar escolher o adjetivo.

Mas também tivemos o mesmo no Mercado Municipal em quase tudo que é empreitado nos valores que dispararam, não só por causa dos custos, mas também em alguns deles com correções que tiveram que ser efectuadas. Mas voltaremos depois, um dia, naturalmente, a esta matéria. Nós, só para ficarmos com uma ideia, rapidamente, para pincelar, o Mercado vai em mais de 250.000,00 euros, o Centro de Recolha Oficial em mais de 100.000,00 euros, as Amortizações foram mais 40.000,00 euros, a Ribeirinha mais cerca de 150.000,00 euros, o Fecho de Abastecimento em cerca de 130.000,00 euros também, entre outros que nós poderemos vir, novamente, a falar sobre o assunto.

Há aqui duas questões que não deixam de ser importantes relevar, para terminar, que têm a ver com, de alguma forma, tentar que o Orçamento deixe alguma liberdade, embora com os constrangimentos e com as dificuldades que há de Tesouraria para a eventualidade de algum apoio social para um ano que se antevê com alguma dificuldade e com alguns constrangimentos.

Portanto, Senhor Presidente, julgo eu que cumpri com os cinco minutos. Obrigado pela atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, encontrando-se discutido este ponto do Orçamento e do Plano, íamos pô-lo a votação: Quem vota contra? Dois votos contra, dos Senhores Deputados João Paulo Penha Guerra de Almeida e André Manuel dos Santos Borges. Quem se abstém? Onze abstenções dos Senhores Deputados da Bancada do Partido Socialista: António Manuel Borges dos Santos, Vera Mónica Fernandes Gomes Faria, António Rui Carvalho Costa Nogueira, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves, Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Alexandra Maria Lopes Monteiro, Maria da Conceição Sacramento Monteiro, Milton José Pais Duarte, António Fernandes da Costa e Jorge Manuel Tavares Abreu e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. José Albuquerque Vaz.

Está aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 2 votos contra e 11 abstenções. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 13 votos a favor, 2 votos contra e 11 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta da ata: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada a minuta por unanimidade.

Ai, quer fazer uma declaração de voto? Então, faz favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- É uma declaração de voto em que a gente substitui aqui os Vereadores que votaram na Câmara. Eu passo, muito rapidamente a lê-la, que é do teor seguinte:

"ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Reunião Ordinária de 21/12/2022

Ordem de Trabalhos: Ponto 2.2. Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2023.

DECLARAÇÃO DE VOTO: ABSTENÇÃO

Nos termos do disposto na Lei 75/2013 de 12/9 e do Regimento da Assembleia Municipal, apresentam os deputados municipais abaixo identificados, as seguintes razões que, nomeadamente e em especial, fundamentam o seu voto de abstenção na matéria acima referenciada:

I) EM GERAL

1. O Orçamento e as GOP para 2023 seguem – e só! – as opções politicas do executivo socialista anterior (i) mantendo os consultores que elaboraram os documentos, reconhecendo-lhes certamente competência; ii) nas opções estratégicas nos investimentos ou despesas de capital; iii) nas despesas correntes e estrutura municipal; iv) na estrutura das receitas próprias, nas fontes de financiamento em quadros comunitários – Centro 2020, POSEUR, Fundo Ambiental, PDR, PRR, PT2030, Protocolos, etc.); v) no recurso a crédito bancário para acompanhar investimentos financiados por fundos comunitários e nacionais em montantes elevados (estando previsto para 2023 a contratação de novo empréstimo bancário de 1.420.000€).

2. A divida de MLP (Divida bancária, como resulta do Mapa Previsional de Endividamento apresentado) em 01/01/2023 será de 9,31 milhões de €, sendo 6,23 milhões de € contraídos em anos anteriores a 2014 e à Câmara liderada pelo PS, e desta, pois, são só, 3 milhões de € (incluindo já a amortização verificada em 2021 com a Camara anterior a verificada em 2022 com a atual, de cerca de 800 mil € cada). O que definitivamente - esperamos! - põe termo à falta de verdade sobre o que se vem referindo sobre a divida e situação financeira da Câmara.

3. A despesa corrente na sua globalidade não pára de aumentar (ver a titulo de exemplo as aquisições de bens e serviços externos passam de 3,9 milhões em 2021 para 5,1 milhões € em 2023).

4. A Câmara disporá em 2023 de 2.942.789€ de empréstimos bancários para investimentos (passivos financeiros, onde se inclui o novo empréstimo de 1,42 milhões €) mas que agora – de forma algo envergonhada face à "diabolização" que o atual executivo fez anteriormente do financiamento bancário – chama no Orçamento de "Receitas não efetivas" -.

5. O Executivo quer fazer um brutal – ainda mais nos tempos de dificuldade social e económica que correm – e inaceitável aumento da fatura da água (nela incluindo água, saneamento e resíduos), passando de uma execução da receita total em 2021 de 1.433.000€ para uma prevista de 2.980.000€ em 2023 (sendo que a receita da água passa de 748 mil € em 2021 para 900 mil € no orçamento de 2022 e para 1.225.000€ no orçamento de 2023; a receita do saneamento passa de 173 mil € em 2021 para 550 mil € no orçamento de 2022 e para 875 mil € no orçamento de 2023; e a receita de resíduos passa de 512 mil € em 2021 para 525 mil € no orçamento de 2022 e para 850 mil€ no orçamento de 2023), ou seja mais de 107% de aumento global da fatura da água sobre as famílias, comércio e empresas.

6. Existe uma muito deficiente execução das obras financiadas e que estavam já iniciadas pelo anterior executivo (ETAR da Ribeirinha, Área de Acolhimento Empresarial, Avenida João XXIII, CAVE Santar, Requalificação Habitação Social, etc.).

7. Verifica-se já ao fim de pouco mais de um ano uma perda de financiamento de grandes e importantes projetos de investimento candidatados pelo executivo anterior, como as Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim e os Centros de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim e a Escola Primaria e Jardim de Infância de Vale de Madeiros, em mais de 11 milhões de € (sendo que as mesmas tinham projetos realizados e acompanhados pelos técnicos e responsáveis da ARS e da DGEST e aprovados pela Câmara, Protocolos celebrados com o Ministério da Educação e da Saúde e aprovados pela Câmara e financiamento da componente municipal com financiamento aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, obras candidatadas a Avisos do CENTRO 2020, nos quais constavam montantes meramente indicativos,

estando garantido ao Município de Nelas que não haveria falta de financiamento para requalificação de Escolas e Centros de Saúde, financiamento que se perdeu e se verifica, como em muitas outras obras, a que o executivo destina … 1€).

8. Desistência já consumada de projetos candidatados, aprovados e até já com concurso feito e consignados a empreiteiros e empresas, como a Ciclovia da Variante de Nelas, o Sistema de Informação Digital de Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Felgueira, a Modernização Administrativa dos Serviços Municipais, entre outros.

9. Não inclusão no Orçamento e GOP de muitas candidaturas feitas pelo executivo anterior, como a relativas ao PAMUS (Redes Cicláveis de Santar, Canas de Senhorim e Felgueira, e candidaturas incluídas nas da CIM Viseu Dão Lafões como a Rede Ciclável de Nelas, Mobilidade Suave e Ligação ao sistema de Informação Digital Intermunicipal), entre outras.

10. Irresponsável não execução de obras financiadas pela CCDRC e pelo Governo, em especial no âmbito do Fundo de Emergência Municipal, como a Requalificação da Ponte sobre o Rio Mondego nas Caldas da Felgueira, de que existe um Relatório de Inspeção realizado no mandato anterior e que recomenda reforço estrutural do tabuleiro da ponte (que foi construída em 1898 e pertence exclusivamente ao Município de Nelas), e que tem projeto aprovado orçado em 230 mil€, com apoio de 60% no âmbito de uma candidatura dos danos "Furacão Elsa e Fabian".

11. Não inclusão no Orçamento e nas GOP de qualquer projeto de construção de habitação social decorrente do documento de Estratégia Local de Habitação aprovada por unanimidade na Câmara e na Assembleia Municipal em 2021, e que prevê a construção de 54 novas habitações/frações, incluindo a reabilitação de edifícios da Câmara como as antigas instalações da EDP em Nelas e também o apoio a obras em habitações com condições deficientes em todas as freguesias, com Protocolo celebrado com o IHRU- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana com apoio financeiro garantido em mais de 2,9 milhões de €, incluindo comparticipações a 100% em determinados projetos.

II) DA FALTA DE AUDIÇÃO DOS VEREADORES DO PS

12. Contrariamente ao que foi a prática seguida pelos executivos do PS e pelo seu Presidente de Câmara nos mandatos anteriores, que ouvia sempre os partidos representados na Câmara e na Assembleia Municipal e todos os vereadores, os vereadores do Partido Socialista não foram interpelados ou ouvidos para darem qualquer contributo antes da apresentação desta proposta de Orçamento e GOP.

Permitam-me aqui um aparte, o Senhor Presidente da Assembleia diz que também não foi e no meu entender não devia mesmo que ser ouvido porque o Orçamento é elaborado pelo Órgão Executivo e o Órgão Deliberativo é Fiscalizador não tem que participar na elaboração do projeto. Isto é o meu entender. Portanto, eu não me esqueci aqui dos Senhores Deputados Municipais, mas acho que não devíamos, sequer, ser ouvidos porque estávamos já a trabalhar em causa própria. Nós somos o Órgão Fiscalizador, não temos que estar na elaboração do projeto, julgo eu. Mas esta é a minha interpretação.

III) DA VOTAÇÃO

A) Considerando a legitimidade democrática do atual executivo do PSD/CDS resultante do voto popular das eleições de setembro de 2021;

B) Considerando que, com os apontados reparos, o atual executivo pretende seguir a politica projetada pelo PS com vista a realizar aquilo que é prioritário ao desenvolvimento económico e social das populações nas diversas localidades do concelho de Nelas;

C) Esperançados que em discussão do tarifário de água e saneamento e resíduos, o executivo do PSD/CDS terá o bom senso ou de excluir os brutais aumentos das tarifas, ou de os baixar consideravelmente, não onerando as famílias, o comércio e as empresas ainda mais numa

conjuntura de inflação, pós pandemia e guerra, geradora de reconhecidas dificuldades (como é reconhecido abundantemente no próprio Relatório do Orçamento);

D) Com o seu voto de abstenção, que efectuam, confiam na execução do orçamentado e na correção das deficiências apontadas.

Nelas, 21 de dezembro de 2022.

Os Deputados Municipais eleitos pelo PS (Partido Socialista):

António Manuel Borges dos Santos,

Vera Mónica Fernandes Gomes Faria,

António Rui Carvalho Costa Nogueira,

Isabel Cristina dos Santos Gonçalves,

Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva,

Alexandra Maria Lopes Monteiro,

Maria da Conceição Sacramento Monteiro,

Milton José Pais Duarte.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Pedro Miguel Marques Morais:

- Ora, boa noite a todos e a todas.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, o Dr. Albuquerque Vaz.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Amaral.

Os Senhores Vereadores.

Os Senhores Deputados Municipais.

Estimado Público.

O que eu trago aqui é a declaração de voto dos Presidentes de Junta da Coligação, que votámos favoravelmente, depois das reuniões tidas com o Executivo e na promessa e no honrar dos compromissos que nos foram feitos nas ditas reuniões.

Por isso, em nome dos Presidentes de Junta da Coligação, o nosso voto é favorável com um voto de confiança para que aquilo que foi estabelecido e comprometido com estas Freguesias enunciadas seja, efetivamente, cumprido.

Obrigado. Aproveito para desejar um Feliz Natal e um Bom Ano Novo a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não há mais declarações de voto? Fica a sua opinião, Senhor Deputado

Então, passamos ao ponto n.º 3 - Discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2023. E dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se entender que deve prestar algum esclarecimento, ou se remete apenas para o documento que foi enviado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Muito lapidarmente sobre esta questão dizer duas, ou três breves apontamentos.

O primeiro, o Quadro fixo dos Funcionários da Autarquia é, rigorosamente, 230 lugares. Desses 230 lugares, 3 estão libertos porque são ocupados por Funcionários que desempenham cargos de Chefias Intermédias, que são as 3 Chefias Intermédias que existem, mas o lugar do Quadro tem que estar vago na mesma. E um Funcionário que está em Mobilidade, da Câmara, em Mobilidade numa outra Instituição, que ainda não consolidou. Dito isto de outra maneira, serão 226 os Funcionários do Quadro da Câmara.

É claro que, depois, o Quadro todo, o Mapa de Recursos Humanos é, meramente, previsional e tem que consignar, entre outros, as questões relacionadas com, eventualmente duas questões que são importantes ficarem aí, devidamente, contempladas.

Um, no âmbito da delegação de competências, o que tem a ver com os rácios que falta ainda preencher de Funcionários que são custeados pela Administração Central e que não estão colocados, têm que estar, devidamente, aprovisionados e consignados no Mapa para que os rácios que foram atribuídos, quer dos dois Agrupamentos, sejam, devidamente, evidenciados.

Dizer, sobre esta questão, que nós fizemos candidaturas que julgamos que tornam o processo mais claro e mais transparente, que tem a ver com as substituições de Funcionários, que nós, ao fazermos os concursos que fizemos, ficam, devidamente, elencados os Funcionários, sabendo logo à partida que em vez de ser colocada a António, desculpa Antónia, a Olinda só porque sim, ou porque se gosta, ou porque se tem um apreço maior, em detrimento do Manuel, não é esse o caso que está lá, mas há uma lista de seriação e essa lista de seriação será seguida com dois pressupostos: Uma coisa que tem a ver com o que é a expetativa dos Agrupamentos e a outra com a questão da gestão do erário público.

Nós temos dois modelos de recrutamento: Prestação de Serviços e os Contratos de Emprego de Inserção. E um Contrato de Emprego de Inserção é, substancialmente, inferior a uma Prestação de Serviços. E, portanto, neste balanço do que é afetar um Quadro, que é uma Prestação de Serviços, com um valor associado, e um outro, que é um CEI, que é ¼ do valor em termos de gestão do erário público, naturalmente, tem sempre que ser sempre sopesado. E é isso que está também evidenciado nesse Mapa de Recursos Humanos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, vamos pôr a votação. Quem vota contra o Mapa de Pessoal? Quem se abstém? Duas abstenções. Então, o Mapa de Pessoal encontra-se aprovado.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2023 foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 24 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções. Abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais João Paulo Penha Guerra de Almeida e André Manuel dos Santos Borges.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 4 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2023, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. É o habitual. Portanto, alguém se quer pronunciar a não ser o Senhor Presidente da Câmara, ou remete para o documento? Então, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só, rapidamente, só dizer aqui uma cousa, se o Senhor Presidente me autorizar, que tem a ver com, isto foi criado como medida excecional derivado da questão da COVID-19 e nós resolvemos mantê-la, não invocando somente a COVID-19, uma vez que ainda estamos na fase pós-COVID-19, digamos assim, mas tendo em consideração o que nós antevemos de um ano complicado de 2023, com o aumento dos custos energéticos, da inflação e um apoio aqui, claramente, ao pequeno e ao médio comércio. E, nesse sentido, resolvemos, ou propomos, que se mantenha este apoio excecional à nossa economia local.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ó Senhor Presidente, mas vamos ver: Isto é apenas autorizar. De qualquer maneira, não sei se há algum voto contra. Tem minuta? Tem. Ai, então, pronto.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2023, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: - taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável das empresas; - isentar de derrama, no ano de 2023, os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse 150.000,00 euros, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. Então, vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 5 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas: - Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2023. É o habitual.

Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa? Não. Remete para o documento. O Senhor Deputado João Paulo quer pronunciar-se. Uma pergunta? Mas, não, tem que ser gravada, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, Senhor Presidente, era só para perguntar que garantia já, ou que instrumento se verifica, que este valor cobrado às empresas de comunicações eletrónicas não se fará refletir na fatura dos Clientes. Pergunto, só por curiosidade e desconhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor de responder, se souber, que eu não sei.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu respondo-lhe que é o que decorre do que é uma obrigatoriedade dos Municípios. É uma obrigatoriedade dos Municípios.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, vamos votar esta taxa.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovada por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas: - Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. Então vamos submeter a votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? A minuta está aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 6 - Discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS no ano de 2023 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro: - Fixar em 4% a taxa da participação variável do Município de Nelas no IRS, para o ano de 2023, como já foi explicado anteriormente.

Senhor Presidente da Câmara, quer dar alguma explicação, ou remete para o documento?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Remeto para o documento, Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Alguém quer fazer alguma intervenção? Não querem. Então vamos votar: Quem vota contra? Há um voto contra, do Senhor Deputado João Paulo Almeida, com declaração de voto no fim. Quem se abstém? Então, aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 1 voto contra. Não quer fazer já a declaração de voto? Então, ficamos já resolvidos com este ponto e passarmos ao seguinte.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Declaração de Voto

Participação do Município no IRS em 2022

Considerando que o Regime Financeiro das Autarquias Locais, alterado em 2013, agravou ainda mais a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias e que a introdução deste elemento de participação variável de 5% do IRS corresponde no essencial ao empurrar para as autarquias de uma responsabilidade que é do Estado.

Considerando que esta medida não introduz nenhum factor de justiça fiscal aos munícipes de Nelas, pois paga IRS quem mais rendimentos tem e, portanto, são esses quem são os principais beneficiados desta medida.

Considerando que compete ao Estado Central a execução de uma política fiscal justa que corresponda a uma justa distribuição da riqueza criada no país de forma equilibrada por todo o território nacional.

Considerando que o valor de que o município está a abdicar poderia e deveria ser utilizado para aplicação noutras áreas da sua competência.

A CDU votará contra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado. Então, faz favor de ler a minuta da ata.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS no ano de 2023 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro: - Fixar em 4% a taxa da participação variável do Município de Nelas no IRS, para o ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

O ponto n.º 7 é o IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2023. Já falámos aqui: 0,3% para os urbanos e 08% para os rústicos.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Remeto, naturalmente, para o documento também. Os valores são os valores que estão referenciados. No que concerne aos prédios urbanos, estamos a falar nos valores mínimos. Nos rústicos, também é a variável que está a ser praticada. E, portanto, mantemos, basicamente, os valores que havia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção? Então vamos por à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2023: - Prédios rústicos – 0,8%; - Prédios urbanos – 0,3%, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta também está aprovada por unanimidade.

O ponto n.º 8 é o IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2023: - Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos e/ou em ruínas, nos termos do artigo 112.º, n.º 3 do CIMI.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente. No que concerne também a este ponto mantém-se o que é uma medida com a qual nos identificamos e tem a ver muito com a requalificação e com o incentivo a obstar que haja os edifícios devolutos que nós temos no nosso território.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor João Paulo, faz favor. Então, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Portanto, a questão é: Senhor Presidente, além do agravamento do IMI e para os prédios devolutos e em ruínas, que medidas estão a ser tomadas que incentivem a sua recuperação? Existe algum programa para esse efeito? Era só. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor de responder.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Sobre esta questão dos prédios devolutos dizer que a fixação da taxa é a taxa que já vinha também do ano anterior e, naturalmente, que visa a questão da requalificação e, digamos assim, do reparar de algum do património que nós temos devoluto, quer em termos do que é a regeneração urbana, quer em termos do que é também as condições de segurança pública.

Dizer-lhe que, nesse sentido, uma das medidas que foi apresentada, ou que foi proposta por este Executivo, aquando da candidatura, era o alargamento a todas as Freguesias das ARU,s. Neste momento, contempla, somente três Freguesias e o compromisso que havia era o alargamento às ARU,s, estimulando, dessa maneira, a todo o território, a todo o Concelho, que seja feita essa regeneração e a requalificação dos prédios devolutos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais intervenções, então vou pôr à votação este ponto 8, que é o tal agravamento do IMI: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2023: - Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos e/ou em ruínas, nos termos do artigo 112.º, n.º 3, do CIMI, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Portanto, aprovada a minuta por unanimidade.

Passamos ao ponto n.º 9 - Constituição do Conselho Municipal da Juventude - alíneas b) e h), do artigo 4.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro - Nomeação de Membros da Assembleia Municipal.

Devo esclarecer que, entretanto, chegou-me aqui já um formulário com alguns nomes. Para Presidente deste Conselho Municipal da Juventude é o Senhor Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral. A indicação pelo Partido Social Democrata é o Senhor Deputado Tiago Filipe Almeida da Fonseca. E pelo CDS-PP é o Senhor Deputado António Luís Roque da Silva.

Falta-me aqui a indicação do Partido Socialista e da CDU. Então, o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva. Então e é o Senhor Deputado João Paulo Almeida, não é?

Em termos de Assembleia Municipal, está constituído. É evidente que, depois temos aqui algumas Associações: Do Interioriza-te é a Carlota Ribeiro Marques, da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim é a Beatriz da Silva Figueiredo, da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Nelas é o Guilherme António Rodrigues Pinto.

Temos aqui, do Partido Social Democrata, João Pedro Rodrigues de Jesus, do CDS-PP, Sara José Lopes, da CDU, o Rodrigo Manuel Ribeiro Fonseca, do Partido Socialista, Mariana Borges. Do Agrupamento de Escuteiros também está aqui Miguel Oliveira Simões Santos.

Bem, isto não nos interessa muito. Interessa-nos é os nossos 4.

Então, vamos pôr a votação: Quem vota contra? Ninguém. Quem se abstém? Também não. Então, está aprovado este Conselho Municipal da Juventude, com Representantes da Assembleia Municipal, que foram referidos, por unanimidade. Faça favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Constituição do Conselho Municipal da Juventude – alíneas b) e h), do artigo 4.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro - Nomeação de Membros da Assembleia Municipal, foi posto à discussão, tendo sido nomeados os seguintes Membros: Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Amaral; Tiago Filipe Almeida da Fonseca; António Luís Roque da Silva; Augusto Borges da Silva e João Paulo Almeida, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta também está aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte - Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Aguieira, nos termos do artigo 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho. Portanto, é um assunto já antigo. Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Naturalmente que isto é um projeto que visa restaurar, digamos assim, a criação. Simboliza mais até restaurar o que já foi a Freguesia de Aguieira e no ponto seguinte, também a de Moreira, onde o Executivo se revê também nesta proposta.

Agora, independentemente disso, a proposta não é nossa, mas, de qualquer maneira, se é para auscultar a opinião do Executivo, nós já nos pronunciámos também sobre esta questão em termos de reunião de Câmara e, naturalmente, como assumimos publicamente, somos, apoiamos, naturalmente, a criação destas duas Freguesias que, ainda por cima, é pacífico no que hoje a União de Freguesias que junta a de Moreira a Santar e a de Aguieira a Carvalhal Redondo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção sobre este ponto? Não há. Então, vamos pôr a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado, por unanimidade. Minuta. No ponto seguinte? Uma declaração de voto. Dá para os dois. Muito bem.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 - Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Aguieira, nos termos do artigo 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, vamos votar a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte, que é, exatamente, igual. Agora, relativamente a Moreira. O Senhor Presidente da Câmara quer dizer mais alguma coisa, complementar? Remete para o documento. Algum dos Senhores Deputados quer fazer alguma intervenção? Há apenas uma declaração de voto. Faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Declaração de Voto

Criação da Freguesia da Aguieira e da Freguesia de Moreira, relativamente aos dois pontos 2.10 e 2.11.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois é, tem que ser no final da outra porque vai abranger as duas.

Então, vamos a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 - Discussão e votação da Proposta de Criação da Freguesia de Moreira, nos termos do artigo 12.º, da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

Então, agora é que passamos à declaração de voto.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Declaração de Voto

Criação da Freguesia da Aguieira e da Freguesia de Moreira, relativamente aos dois pontos 2.10 e 2.11.

Votamos, naturalmente, a favor e é com satisfação que verificamos o empenho das Juntas de Freguesia, envolvimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para a reposição das duas freguesias extintas no nosso concelho, acompanhando a moção para a reposição das freguesias extintas no nosso concelho, proposta pela CDU, e aprovada por unanimidade nesta casa.

Contudo, a CDU sempre manifestou que a actual lei que permite a reposição destas freguesias no nosso concelho era a mesma que impedia centenas de outras, como por exemplo, no concelho de Mangualde aqui ao nosso lado, de se desagregarem mediante pronúncia de vontade das populações, dado que os critérios são muito restritivos.

Considerando que passados quase dez anos sobre a extinção de freguesias, há muitos problemas que persistem, problemas que foram criados quando o Governo PSD/CDS decidiu liquidar freguesias, ignorando as posições assumidas pelos órgãos autárquicos, agravando as desigualdades territoriais. Há populações e autarquias que continuam a não se rever no atual mapa das freguesias e lutam pela reposição das suas freguesias.

Tendo em conta que a perspetiva de reposição da freguesia na prática só se concretiza no próximo ato eleitoral, o PCP apresentou uma proposta de alteração à actual lei, dado que, neste regime transitório, a reposição de freguesias deveria respeitar sobretudo a posição das populações e dos respetivos órgãos autárquicos.

Com o presente projeto de lei o PCP propõe o alargamento do prazo por mais um ano para a entrada dos processos na Assembleia da República, assim como a remoção de obstáculos para a reposição de freguesias, designadamente a dispensa de fundamentação do erro da extinção da freguesia e a possibilidade de reposição de uma freguesia, mesmo que as demais não o pretendam.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado.

Passamos ao ponto 12 da Ordem do Dia. É apenas para conhecimento das Senhoras e dos Senhores Deputados do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Rapidamente, só dar uma informação. Este Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação já foi feita a primeira fase, que era o diagnóstico. E a implementação do Projeto será instituída a partir de janeiro de 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Passamos ao ponto 13 - Discussão e votação do Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2023 entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só muito rapidamente. Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Para dizer que isto é um Protocolo no âmbito da CIM, que tem a ver com os Transportes de Passageiros. E dizer-vos que a CIM, em abono da verdade, tem que estar, neste e noutros casos, mas neste em particular, felicitá-la por ter chegado a este Acordo, com a brevidade possível, para não haver problemas no início do ano escolar, ao contrário do que aconteceu noutras CIM,s, em particular na CIM do Norte onde não houve Acordo, nem empresas que se candidataram. Como sabem, há um constrangimento muito grande da parte energética e da parte dos custos dos combustíveis. E muitos destes concursos têm ficado desertos.

A CIM acautelou os interesses todos. Também, naturalmente, do que são os transportes nos cálculos que foram feitos, estão aí repercutidos. E, portanto, no que nós nos revemos neste projeto, nesta proposta, da CIM para os Transportes de Passageiros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Os Senhores Deputados querem fazer alguma intervenção? Pedir algum esclarecimento? Não. Então, íamos pôr a votação.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado, por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 - Discussão e votação do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2023 entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr a votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

Passamos ao último ponto da Ordem do Dia, que é relacionado com este - Discussão e votação do Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Dava, novamente, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Basicamente, esta proposta vem no seguimento da anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Esta é para cinco anos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- E, portanto, reproduzo as palavras e a intervenção anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim Senhor. Então há mais alguma intervenção? Pedido de esclarecimento? Se não há, vamos pôr a votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 – Discussão e votação do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? A minuta está aprovada por unanimidade.

Então, estão esgotados, digamos, os temas da Ordem do Dia. Vamos para o último Período - Intervenção do Público. As Senhoras e os Senhores que estão no Público querem-se inscrever. Há uma inscrição. Dr. Hernâni. Não é? Então, eu já vejo mal ao longe. Então, faz favor, nome completo, morada e qual é o tema. Tem que dizer os esclarecimentos que pretende. O tema não percebi.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Hernâni Marques, Lobelhe do Mato. Venho tratar de questões que não ouvi nesta Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas, esclarecimentos? É o que diz o Regimento. Esclarecimentos. Mas tem que ter um tema principal. É habitação? Rede Viária. Faz favor. Qualquer coisa com nexo. Faz favor. Tem cinco minutos. Não há mais ninguém.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Ex.m.ºs Vereadores,

Caros Membros da Assembleia Municipal,

Estimado Público.

Eu tinha, na Plateia, eu tinha que vir aqui porque há 4, ou 5 sessões que me remontam a de novembro de 2013 e às situações que, como sempre o fiz e o faço, de uma forma coerente e de uma forma correta, tinha que vir aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre 4, ou 5 questões, que o tenho que o fazer.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, eu sei que ganhou as eleições há um ano atrás, mas com certeza, queria-lhe fazer uma pergunta direta. As perguntas que lhe vou fazer são perguntas diretas para, assim, obter a verdade, a verdade para quem está no Público e para, na opinião geral do Município, se calhar, por vezes, a própria população não tem estas verdades claras e, então, eu vou-lhe fazer perguntas diretas para isto.

Em primeiro lugar, quando, se tem, neste momento, passado um ano depois das eleições, ou do ato eleitoral, um ano e dois meses, efetivamente, a dívida efetiva do Município de Nelas que encontrou, fora, com todos os ajustamentos, obras sem concurso público, se tem a dívida efetiva em novembro, dezembro de 2022, do Município de Nelas porque eu, quando estava daquele lado em novembro de 2013, ouvi, andei 6 anos a ouvir uma cassete, 7 anos a ouvir uma cassete, que a Dr.ª Isaura Pedro tinha deixado a Câmara penhorada. Mas eu queria ouvir isto da boca do Senhor Presidente e queria ouvi-lo, claramente, os números que tem, se é possível responder-me, ou não, sobre os números efetivos sobre a dívida atual da Autarquia em 2022.

Ó Senhor Presidente, Dr. não, Hernâni, por favor. Sou Engenheiro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A seu pedido, Hernâni, não era esse o tema do seu esclarecimento.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Certo, eu vou lá, Senhor Presidente. Eu vou lá. Eu vou, se me permite, nesse sentido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Perguntei-lhe qual era o esclarecimento que pretendia. Falou-me em Rede Viária. Está aqui a questionar quais são as dívidas. Está bem, pode estar em conexão com aquilo a que quer chegar. Então, vá. Continue. Mas não se desvie do tema que escolheu.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Segunda pergunta. Claro que não. Claro que não. Segunda pergunta: Senhor Presidente, é verdade que a Ponte que liga Nelas a Seia está parada por parte das Infraestruturas, ou da CP, neste caso, porque havia um Protocolo verbal do anterior Executivo para que fosse retirada a conduta na Ponte e as obras não podem prosseguir por causa disso? É verdade, ou não? Havia um Protocolo verbal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É mais uma questão?

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Sim, mais duas, mais duas. É para terminar. Senhor Presidente, também questiono: É verdade, ou não, o depósito das águas, que tanto propagado foi neste sentido, está em pleno funcionamento, ou não? O novo Reservatório de Águas está em pleno funcionamento, ou não?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mais alguma questão? É a última.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- É a última, é a última: Senhor Presidente, esta tinha que a fazer de uma forma natural e como me caracteriza, existe alguma incompatibilidade entre o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mantenho excelentes relações com o Senhor Presidente da Câmara. Da minha parte. Também me é dirigida a mim. Sou atingido no meio dessa pergunta. Eu só não almoço com o Senhor Presidente da Câmara. Nem ele almoça comigo. Temos excelentes relações.

*O Senhor Hernâni Marque*s:

- Termino, desejando a todos Boas Festas.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado pela sua intervenção, ó Hernâni, ou Dr. Hernâni. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Sobre as quatro questões colocadas, de forma enfática, como habitual, pelo Senhor Municipe Hernâni Marques, dizer, então, vou começar pela quarta, que é a incompatibilidade entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Eu não conheço, da minha parte não existe, o que não invalida duas coisas que são importantes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem a sua opinião. Eu tenho a minha. E, em Democracia é assim que a coisa prevalece. Em termos institucionais e em termos de relação, em termos de Coligação, não há nada que nos divida. Naturalmente que em casos pontuais, seja na contratualização, seja na questão da edificação, seja na questão, por exemplo, da Reutilização da Água, ou uma, ou outra matéria, pudemos não estar sempre a concordar. Da mesma forma que este Executivo é um Executivo coeso, o que não implica que as decisões que tenhamos que tomar, por vezes, não tenhamos os quatro que concordar sempre com elas. Temos estado alinhados. Mas há uma, ou outra situação, numa, ou outra candidatura que, inclusivé, nós temos feito, onde não quer dizer que estejamos sempre de acordo.

Da mesma maneira, com os Senhores Presidentes de Junta, que nós respeitamos cada vez que se consegue resolver alguma coisa, aparece logo outra a seguir. O que é normal. Mas, em Democracia, é assim que funciona. Acho que o Senhor Presidente da Assembleia já respondeu da parte que lhe concerne. Da minha parte, no que concerne, também não. O que não invalida que nós, por vezes, em algumas situações, não tenhamos opiniões divergentes e mal feito fora.

O Hernâni já concordou em muita coisa com o que era o pensamento político meu em diversas circunstâncias e, noutras vezes, não concordará e é, como nós dizemos, a lei da vida, é o funcionamento das Instituições.

No que concerne ao novo reservatório, o novo reservatório, como nós falámos, foi alvo de intervenções para que estivesse o equipamento pronto. O equipamento está pronto e vai entrar em funcionamento brevemente. Já falámos nisso aqui na última Assembleia Municipal. E tem a ver com uma questão: O novo reservatório de Água é, simultaneamente, um reservatório. Os

Senhores Presidentes de Junta, hoje estão bastante, está a ver. Olhe, está a ver o que é a Democracia a funcionar em pleno? É isto. É isto.

O que nós estamos aqui a falar sobre o novo reservatório, é assim: Simultaneamente, é um reservatório e é um distribuidor de água. O que faz com que, para evitar o que aconteceu, que o reservatório tenha que estar em funcionamento contínuo de forma a que a água que lá esteja, esteja em condições de ser distribuída para fornecimento. O que obriga a que, quando o equipamento entrar em funcionamento, ter que funcionar dessa maneira.

O que está assegurado e o que está instituído é funcionar ao mínimo agora nesta altura de inverno, também em particular onde terá que ter também a sua importância, mas não tão relevante como será, naturalmente, no verão. E, portanto, nesse sentido, o que vai funcionar é o reservatório com a sua parte da distribuição, não tanto a parte de acumulação de água, mas da distribuição deste bem escasso em si mesmo.

Na questão da Ponte Nelas-Seia, um Protocolo verbal é o que é. Eu não tenho conhecimento disso. Se fosse um Protocolo escrito que estivesse, eventualmente, registado no Município. Agora, eu não sei. Falava-se muita coisa. Também ouvi o que está a acabar de falar. Mas agora não lhe posso confirmar oficialmente uma questão que seria um Protocolo verbal. Protocolos verbais remetem-nos, faz-me lembrar o exemplo das candidaturas que houve onde havia também um Protocolo verbal de uma coisa. A mesma coisa, por exemplo, de que eu falei há pouco, que havia o Protocolo verbal também do apoio para a Reutilização da Água e nós queremos que os Protocolos verbais passem a Protocolos escritos porque são os que têm validação.

Sobre a questão da dívida, deixei para o fim. Comecei ao contrário. Mas também era importante porque a sua quarta observação fazia sentido ser logo limada à nascença, que tem a ver com a questão da dívida. O que nós estamos a falar aqui, já falámos hoje aqui, há, nas Provisões que estão consignadas, quer as de 2013, que já falámos delas hoje sobejamente, quer nos montantes que estão na Sindicância, mais de 1.300.000,00 euros, que tem a ver com processos que não estão, devidamente, instruídos e que foram comunicados, foram reportados. E, portanto, até agora ainda não houve a pronúncia sobre a nossa exposição, que estamos a aguardar. E, portanto, como estamos a aguardar, falar sobre isso vale o que vale.

Agora, o que é Provisões também tem que estar elencado, responsavelmente, no que é um Orçamento, ou num Mapa de Endividamento. E, nas Provisões, o que é os 800.000,00 euros de 2013, ou o que é os mais de 1.300.000,00 euros de 2021, não invalida que tramita para questões judiciais, para questões do foro judicial e depois, eventualmente, feitos com Acórdãos numa sede para gerir e para, de alguma forma, o interesse público ser salvaguardado, mas seguirá os seus trâmites. Agora, tem que estar, devidamente, aprovisionadas porque estes custos são custos que estão sob responsabilidade de poderem ter que ser assumidos pelas Autarquia.

Por isso é que, quando nós falamos de valores de dívidas e que temos aqui a nuance do que é a dívida e a dívida não excecionada. É verdade. Mas a dívida não excecionada não deixa de ser o que é, dívida. Excecionada aparece à frente. É o adjetivo. Mas antes é a dívida. E a dívida, como todas, tem que ser paga, têm que ser feitas as responsabilidades financeiras que lhe subjazem. Da mesma forma que há a aceção do empréstimo que está feito e do que é o empréstimo contratualizado, vai dar a mesma coisa. Está no Quadro da Câmara. Ainda não foi utilizado. Mas está lá para ser utilizado. E, portanto, o que nós estamos a falar desses valores todos, neste momento era, se nós juntássemos o que foi financiamento aprovado em Assembleia Municipal não contratualizado, se fossemos a ver esse desdobramento todo, ia para cima dos 17,5 milhões de euros.

Agora, voltando atrás, os financiamentos aprovados na Assembleia Municipal das Requalificações das Escolas e dos Centros de Saúde, foram aprovados em sede de Assembleia Municipal, mas não foram contratualizados. Portanto, o que nós falamos aqui é, se, eventualmente, tivesse continuado a linha do que era o Executivo anterior, provavelmente, teriam sido contratualizados. Acho que não é dizer isto, extrapolar do que seria normal do que seria o desenlace natural.

O que nós fizemos foi que, apesar de ter sido aprovado este financiamento de 1.600.000,00 euros, foi os Centros de Saúde serem alocados ao PRR, que tem outras vantagens e não tem um impacto financeiro tão grande nas Contas da Autarquia. E as Escolas, como nós dissemos, são candidatadas em sede do PT 2030 com um financiamento que será mais consentâneo, também na ordem dos 100%. Portanto, nessa parte do que era o que estava uma dívida elencada, potencial, que, naturalmente, seria feita, está aqui substituída numa ótica que nós julgamos que será menos onerado.

Estamos, agora, numa época de Quadra Natalícia, portanto, vou também entrar nela e, menos onerado do que era o custo do financiamento público. Além dos valores que já estão, como, por exemplo, de 1 milhão de euros da Área de Acolhimento Empresarial, ou 600.000,00 euros do CAVES, que estão lá, não foram utilizados, mas estão lá. São dívida para utilizar. E os valores ainda da ETAR da Ribeirinha e do Abastecimento do Consumo Humano, que também estão lá subjacentes. E, portanto, são estes os valores. Houve contratualização de empréstimo que não foi feita porque foi feita a reversão neste sentido.

Aproveito a oportunidade para desejar um Feliz Natal a todos. Boas Festas. E um esperançoso e próspero Ano de 2023. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, a Mesa deseja a todos também um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Está encerrada a sessão. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: